

# SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 31 de Janeiro de 2025 • ANO XXX • Nº 1621 • Preço: 60,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz • [www.savana.co.mz](http://www.savana.co.mz) • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)

CRÉDITO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

O Crédito com a primeira prestação paga por nós

Termos e condições aplicáveis. Campanha válida até 31 de Março de 2025. Saiba mais em [www.milenniumbim.co.mz](http://www.milenniumbim.co.mz)

Chapo ignora VM7 no diálogo e violência regressa

# À beira do abismo



Pág. 3

Moçambique continua na lista cinzenta

Pág. 2

*Tramado* por falta de base de dados

PLACARD  
.co.mz

**BOOST**  
ACUMULADOR



BOOSTA A TUA APOSTA E GANHA ATÉ  
**1000% EM BÔNUS**  
OFERTA DISPONÍVEL ATÉ 31 DE JANEIRO

POWERED BY sojogo



É PROIBIDA A VENDA DE JOGO A MENORES DE 18 ANOS.  
TERMOS E CONDIÇÕES APLICÁVEIS.

FAZ SCAN DO QR CODE  
E BOOSTA JÁ



## Lista cinzenta

# Falta de base de dados trama Moçambique

Por Arginaldo Nhamossa

**A** pesar de ter cumprido 25 das 26 recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), Moçambique não conseguiu sair da “lista cinzenta” daquele organismo internacional. Em causa está a falta de apresentação de uma base de dados actualizada das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), que vai contribuir na dissipação de equívoco de que os recursos daquelas organizações não são usados para o financiamento ao terrorismo, em conformidade com a 8ª recomendação do GAFI.

Moçambique entrou na lista cinzenta em Outubro de 2022, passando para um regime de observação do GAFI por deficiências no combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

A VI avaliação do GAFI, cujos resultados foram tornados públicos esta segunda-feira, manteve Moçambique na lista cinzenta, apesar dos esforços empreendidos para que o país saísse daquela situação.

Dentre as acções concretas, destaque vai para a reforma legislativa que permitiu, a vários níveis, o reforço de operações de prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

A operação STOP branqueamento de capitais, que culminou com detenções e apreensões de vários bens móveis e imóveis, é descrita como um dos resultados visíveis do trabalho que visava retirar Moçambique da lista cinzenta.

O coordenador nacional do Comité Executivo de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Terrorismo, Luís Cezerilo, explicou que o país cumpriu em larga medida as recomendações daquela.

Avançou que das 26 acções para se sair da lista cinzenta, Moçambique cumpriu 25, pelo que agora o desafio é trabalhar para esclarecer um ponto.

Recordou que, no primeiro e segundo relatório de avaliação do GAFI, Moçambique esteve numa situação de incumprimento das recomendações.

O cenário começa a alterar-se a partir do terceiro e quarto relatório nos quais Moçambique cumpriu parcialmente.

No quinto relatório, segundo Cezerilo, 40% das actividades estavam largamente cumpridas, tendo os avaliadores reconhecido a demonstração de alguma capacidade sistémica das instituições



Luís Cezerilo

Paula Monjane

financeiras e não financeiras na prevenção e combate ao terrorismo e financiamento ao terrorismo.

Acrescentou ainda que outros pontos tinham que ver com a capacidade do país de fazer inspeções às entidades obrigadas à aplicação de medidas proporcionais, sobretudo, aquelas que davam sinais às outras instituições de que não deveriam cometer as mesmas práticas que o país tinha cumprido.

“Nós tínhamos atingido aquilo que eram as exigências colocadas no que diz respeito à unidade de inteligência financeira, falo do trabalho, tratamento e qualidade de informações para os órgãos competentes como SERNIC e PGR relativos a comunicação de operações suspeitas”, disse.

Acrescentou que outra questão se relacionava com a capacidade de provar os crimes precedentes que foram determinados na avaliação nacional de risco, bem como crimes contra o terrorismo. Cezerilo avançou que era preciso demonstrar que o país tem capacidade de provar isso, e essa prova não deveria ser só feita com demonstração de acções, formação, recursos humanos e financeiros, mas sobretudo, pela quantidade de crimes de branqueamento de capitais ocorridos de 2022 a 2024.

“Nas Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), onde éramos exigidos que das seis mil entidades cadastradas na Conservatória de Registo das Entidades Legais (CREL) era necessário saber qual destas cabe na recomendação 8 do GAFI que diz: devemos estar preocupados com aquelas que recebem financiamento, que podem ser passíveis

de utilização para práticas ilícitas ou financiamento ao terrorismo. Nós não tínhamos respondido a esta questão”, disse.

No entanto, sublinhou que Moçambique pediu ao GAFI para que considerasse a avaliação positiva, alegando que as leis nacionais preconizam que as OSFL, anualmente, devem fazer a actualização da sua informação e dados a data da sua constituição jurídica.

Explicou que foi assim que o resultado ditou que das 26 acções, o país cumpriu 25.

“O GAFI é claro nas recomendações e objectivos, diz: ‘que me digam quem são as organizações. Pode não dizer sobre as 6 mil cadastradas, mas demonstre que não estão a nos oferecer laranjas. Mostrem-nos que o sistema funciona”, referiu.

Para Luís Cezerilo, foi no âmbito do reconhecimento do trabalho desencadeado pelas autoridades moçambicanas que o GAFI abriu mais uma janela para que o país submetesse até ao próximo dia 15 de Março as respostas das questões sobre as OSFL, o que pode permitir que o país saia da lista cinzenta.

Fez notar que em Junho do presente ano, o conselho de ministros do GAFI irá ratificar os resultados.

Cezerilo venceu que para o país sair daquela lista, as OSFL devem actualizar as sua informações na base de dados, o que passa por um diálogo franco com as organizações da sociedade civil.

“Vamos dialogar com a Sociedade Civil no sentido de pedir para que falem com seus associados para se cadastrarem, independentemente da data da sua cons-

tituição jurídica. Não implica nenhuma mexida na lei. O que se pede é bom senso para com as instituições que se constituíram juridicamente”, referiu.

## Massificar registos

A diretora-executiva do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Paula Monjane, clarificou que o processo não visa perseguir a OSFL, mas sim saber quais estão em risco ou maior risco de serem usadas e abusadas para financiar o terrorismo.

Disse ser importante identificar esse seguimento de risco, criar mecanismos de prevenção e apoio para que não sejam usadas no financiamento ao terrorismo. Monjane, que coordenou a avaliação nacional de risco de financiamento ao terrorismo pelas OSFL, fez notar que o país não dispõe de uma base de dados sólida sobre as organizações pelo que deve tudo fazer para responder às exigências do GAFI.

Explicou que o país tem duas bases de dados, uma sediada no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), que contém melhores informações sobre as organizações estrangeiras.

E depois existe outra que congrega as OSFL nacionais, dentre associações, fundações e confissões religiosas, sediada na CREL.

Esta, segundo a directora executiva do CESC, tinha deficiências em termos de número das OSFL, porque algumas estavam registadas, mas não constavam da base dados, o censo do INE tinha mais organizações registadas em relação a CREL.

Outra questão tinha que ver com a qualidade dos dados, com uma

situação de mistura das organizações com empresas e lojas, como também havia défice de informação para perceber de que tipo de organização se tratava.

Destacou que, no âmbito da produção de relatório da avaliação nacional de risco, a sociedade civil recomendou ao executivo para melhorar a base de dados, ajustando os requisitos para facilitar a CREL na identificação das OSFL, com base em determinados critérios.

“Propusemos que essa base de dados fosse cruzada com dados do Banco Central, na qualidade de controlador de transações provenientes do exterior, para permitir maior escrutínio, assumindo que estamos a falar de organizações legais”, disse.

Referiu que houve melhorias na base de dados da CREL, pois hoje é possível efectuar o registo electrónico, mas nota que isso é apenas para as organizações mais pujantes e com pessoas muito bem instruídas, destacando que o grosso das organizações são associações de base sem muita capacidade para o preenchimento dos requisitos no sistema electrónico e muitas vezes com limitações financeiras para custear as despesas.

“O GAFI quer as organizações registadas e categorizadas. Se não temos uma base de dados não temos como fazer isso”, disse.

Acrescentou que o país precisa de ter uma base de dados, há correções feitas no sistema, mas a base não tem informação, porque as organizações não actualizaram as suas informações, uma vez que a lei determina que a informação deve ser actualizada na data do registo da organização.

No entender de Monjane, se o país tivesse corrigido a base de dados no ano passado, aquando da apresentação da proposta ao executivo, hoje estaria noutro nível.

No entanto, reconheceu o esforço que está a ser feito pelo executivo com vista à resolução desta situação que vai retirar Moçambique da lista cinzenta do GAFI. Para se ultrapassar esta barreira e permitir que Moçambique saia da lista cinzenta, Paula Monjane sugere ao executivo que avance com uma ampla campanha de sensibilização das organizações para que se registem.

Recorde-se que a avaliação nacional de risco de as OSFL financiarem o terrorismo concluiu que o risco era baixo nas organizações nacionais.

# Diálogo sem VM7 é uma viagem sem destino

**N**a última segunda-feira, dia 27 de Janeiro, O presidente Daniel Chapo reuniu-se com os líderes dos três partidos da oposição com assentos no parlamento, incluindo um representante dos extraparlamentares, naquilo que constitui a continuação de um processo que já vinha decorrendo desde os últimos dias do governo do presidente Filipe Nyusi, visando estabelecer as bases para o diálogo.

Por aquilo que foi dito depois do encontro, realizado no gabinete presidencial, existe um entendimento sobre as reformas políticas que se impõe fazer para estabilizar o país; desde uma revisão abrangente da legislação eleitoral, incluindo a sua plataforma institucional, até mexidas significativas na Constituição da República. Para a maioria dos moçambicanos, este é um desenvolvimento positivo, dado o facto de que foi precisamente um quadro legal eleitoral defeituoso, que abriu espaço para os conflitos pós-eleitorais que se têm verificado em todos os anos eleitorais. Mas de entre todas as figuras



Presidente da República, Daniel Chapo, a saída de um encontro com líderes dos três partidos da oposição com assentos no parlamento (Lutero Simango, Albino Forquilha e Ossufo Momade) e um representante dos extraparlamentares (Salomão Muchanga)

da oposição, há uma com quem Chapo parece não estar interessado em dialogar, e que é de facto a figura que mais poder tem para colocar termo a todo o clima de instabilidade, que se instalou na

sequência das últimas eleições. Aparentemente, Daniel Chapo entende que pode resolver a crise política prevalecente no país, contornando Venâncio Mondlane. Apesar de antes ter mostrado

sinais de querer manter um diálogo com Mondlane, Chapo terá decidido recuar, aparentemente, cedendo a sectores radicais dentro do seu partido. Outro elemento que mostra falta de cedências é que todas as figuras da sua estrutura governamental vêm da Frelimo, o que encerra especulações de que Daniel Chapo pode estar prestes a convidar políticos da oposição, possivelmente até o próprio Venâncio Mondlane, para integrar o seu governo.

Contudo, evitar envolver nesta plataforma de diálogo Venâncio Mondlane, oficialmente o segundo candidato presidencial mais votado, sob pretexto de que ele próprio não se mostra disponível, é um grave erro de avaliação, dado que sem o seu envolvimento será difícil acalmar os que acreditam que ele tem uma palavra a dizer na mesa das conversações.

Envolver Venâncio Mondlane no diálogo não deve de forma alguma significar que os problemas serão resolvidos. Ele próprio deve ter a consciência disso, para além de estar claro que a sua reivindicação de ter ganho as eleições poderá vir a ser correspondida. Mas será a demonstração da vontade de o escutar e tomar em conta as suas ideias, algumas das quais podem ser aproveitadas para o bem da governação.

Líderes da oposição

Igualmente, os líderes da oposição, nomeadamente Ossufo Momade (Renamo) e Lutero Simango (MDM) parecem ter abandonado as suas constantes insistências de que Venâncio Mondlane é uma peça fundamental no diálogo como forma de colocar um ponto final na crise política. As razões deste abandono, por parte destes líderes da oposição com assento parlamentar, permanecem obscuras.

A subida de tom dos discursos de Chapo sugere que está a adoptar uma linha mais dura em relação a Mondlane, o que, segundo observadores, pode empurrar o país para a ingovernabilidade. Mondlane está neste momento a promover comícios nas ruas. Depois de ter estado em Bobole, distrito de Marracuene, Venâncio Mondlane foi a Tete, onde conseguiu reunir um banho de multidão e cerca de 50 mil seguidores da rede social *facebook*. O facto de os seguidores de Mondlane conseguirem travar a cobrança nas Portagens, uma das medidas dos 100 dias do segundo candidato mais votado nas eleições de 9 de Outubro passado, é demonstrativo do poder e apoio popular de que ele goza.

Neste momento, e dadas as circunstâncias em que o país se encontra, Venâncio Mondlane só precisa de ser ouvido, uma demonstração de respeito que poderá ser muito bem acolhida pelos seus seguidores. Moçambique precisa desse gesto para poder viver em paz, concórdia e harmonia social.

A sua contínua marginalização só vai contribuir para que a instabilidade continue, com manifestações violentas que tornarão ainda mais difícil a governação. Os três dirigentes da oposição com quem o presidente Chapo pretende dialogar são importantes, mas não são determinantes para a viabilização da sua governação. Um deles representa o partido que mais beneficiou da sua aliança com Venâncio Mondlane, com a obtenção de 43 lugares no Parlamento, na sua primeira aventura eleitoral a este nível. Outro é mandatário de mais ninguém do que ele próprio. Estes factos são de uma importância vital para quem quer de facto encetar um diálogo honesto, inclusivo e produtivo.



## Resumo do Destaque Rural N° 312

### COMPLEXIDADES DO TECIDO PRODUTIVO NO SECTOR AGRÁRIO

João Mosca

28 de Janeiro de 2025

Para uma leitura do texto veja em:

[https://omrmz.org/destaque\\_rural/dr-312-complexidades-do-tecido-produtivo-no-sector-agrario/](https://omrmz.org/destaque_rural/dr-312-complexidades-do-tecido-produtivo-no-sector-agrario/)

#### RESUMO

O potencial de desenvolvimento agrário com prioridade para os pequenos e médios produtores requer o desenvolvimento e o estreitamento de relações com a comercialização agrária, sobretudo com a recuperação e alargamento da rede comercial rural fixa e com a agro-indústria e o aperfeiçoamento da eficácia das redes de extensão rural. Embora não tivesse sido abordado neste texto, a extensão eficaz assente em investigação ajustada às zonas agroclimáticas e a cada cultura, constituem actividades impulsionadoras da produtividade e da produção dos pequenos e médios produtores. O sistema de *out grower* tem demonstrado ser uma forma de organização impulsionadora da produção dos pequenos e médios produtores e das relações destes com outras actividades económicas.

Este texto, ao apresentar o fundamental do sector produtivo agrário sob perspectivas não muito utilizadas em estudos e nas opções de políticas, fundamenta a importância dos pequenos e médios produtores para o desenvolvimento e a transformação agrária e da economia, para a segurança alimentar, a conservação do ambiente e redução das conflitualidades sociais.



Ignorado no diálogo político, Venâncio Mondlane está a movimentar massas nas ruas. Esta semana esteve em Bobole

## Guerra em Cabo Delgado

# Insurgentes sinalizam não estar “completamente desarticulados”

- Daniel Chapo terá de escolher se ataca o conflito com realismo ou reproduz a estratégia errada de Filipe Nyusi

Por Armando Nhantumbo

**C**ontrariamente ao triunfalismo apresentado, há duas semanas, pelo então presidente da República, Filipe Nyusi, a insurgência, em Cabo Delgado, continua a semear terror e pânico no seio das comunidades. Dados como “completamente desarticulados”, os al-shabaab estão, entretanto, a fazer incursões em vários distritos da província, incluindo em Palma, onde não protagonizavam ataques desde Setembro de 2024.

Não há dúvidas de que, desde finais do ano passado, a insurgência conheceu uma relativa baixa de intensidade, facto muito provavelmente associado ao início das operações ruandesas na zona costeira de Macomia, região que foi, durante longos meses, a base central dos al-shabaab. Embora não tenham logrado aniquilar, completamente, a rede da insurgência, entre os postos administrativos de Mucojo e Quiterajo, as ofensivas ruandesas permitiram baralhar as operações dos insurgentes, que tiveram de fazer alguns recuos para evitar banho de sangue aos pés dos todo-poderosos homens do ditador Paul Kagame.

No entanto, não se sabe, ao certo, se são apenas as investidas ruandesas ou haverá outros factores que explicam a relativa baixa das investidas dos insurgentes, desde finais do ano passado. A título de exemplo, é comum que, entre finais de um ano e princípios do ano seguinte, o pico da época chuvosa condicione a guerra, levando à redução dos ataques. Como se não bastasse, em Dezembro último, o ciclone Chido também “varreu” a província de Cabo Delgado, provavelmente afectando a rede da insurgência, incluindo os abastecimentos logísticos.

Seja como for, da redução dos ataques à “desarticulação completa” dos insurgentes, vai uma grande distância. Na verdade, os al-shabaab nunca pararam com as suas ofensivas como tal. A sequência dos acontecimentos, nas últimas semanas, contraria completamente o quase grito de vitória feito recentemente pelo antigo presidente da República. Foi, lembre-se, no dia 15 de Janeiro em curso, durante o seu discurso de despedida como che-



A insurgência, em Cabo Delgado, continua a semear terror e pânico no seio das comunidades

fe de Estado, que Filipe Nyusi anunciou a “boa nova”. “Fiz a última reunião com as Forças de Defesa e Segurança. Tivemos uma boa notícia: estão completamente desarticulados, os terroristas. Uns a abandonar o país”, disse. E acrescentou: “e mais uma vez quero deixar a última palavra: entreguem-se. Os moçambicanos não têm ódio permanente. Entreguem-se aqueles que querem sair porque já nos fizeram conhecer que querem sair, mas estão com medo de represálias. Não haverá. Juntem-se às famílias. Vamos vos receber”. Entretanto, os insurgentes têm estado a lançar vários ataques em diferentes distritos de Cabo Delgado.

## Regresso a Palma

Uma das mais significativas dessas investidas, não tanto pelo número de vítimas, mas pela importância do local da ocorrência, teve lugar em Palma, o distrito que acolhe as operações de oil&gas, em Cabo Delgado. Foi no passado domingo que os insurgentes voltaram a protagonizar uma incursão, no distrito, concretamente em Pundanhhar. Pundanhhar, lembre-se, é um posto administrativo situado a sudeste da vila de Palma, na ligação com o distrito de Nangade. A região, que conta com densas florestas, já foi uma das principais áreas de

influência dos insurgentes, sobretudo a partir de finais de 2020, quando abriam caminho para o grande ataque à vila sede do distrito de Palma, que viria a acontecer em Março de 2021, quando os al-shabaab paralisaram o projecto de mais de USD 20 mil milhões, liderado pela multinacional francesa *TotalEnergies*.

No ataque do último domingo, pelo menos uma pessoa terá sido baleada pelos insurgentes, mas não há confirmação de ter perdido a vida. No entanto, em Pundanhhar, o inimigo também saqueou vários produtos e bens e incendiou inúmeras residências. Este acontecimento marca o regresso dos ataques a Palma, desde Setembro de 2024.

Trata-se de um desenvolvimento significativo, na insurgência em curso, em Cabo Delgado. Além de ser palco dos investimentos de gás, o distrito está nas mãos da poderosa tropa ruandesa, tida como a mais efectiva no combate à insurgência. Aliás, em Pundanhhar, onde os al-shabaab protagonizaram o ataque, existe uma base operada pelos ruandeses e outras das tropas moçambicanas, incluindo da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma força de elite da Polícia da República de Moçambique (PRM). Ora, não parece ser alguém que “está completamente desarticulado”

que ousa lançar ataques nas barbas dos ruandeses e demais forças conjuntas.

## Mocímboa e Macomia

Além de Palma, os “desarticulados” insurgentes também têm estado a efectivar actuações em outros distritos sob controlo dos ruandeses. São os casos de Mocímboa da Praia e Macomia. Em Mocímboa, sete rapazes acabam de ser raptados por grupos armados que se pensa serem os al-shabaab. Os raptos são um indicador preocupante porquanto podem significar que o grupo ainda está a treinar recrutas para reforçar a guerra. Ao longo destes oito anos de conflito, uma das fontes de homens para o combate pela causa *jihadista*, em Cabo Delgado, são justamente os recrutamentos. Tal como já referido, os ruandeses também ainda não conseguiram eliminar, por completo, a ameaça da insurgência, na costa de Macomia. Pelo contrário, reporta-se, ainda, uma presença significativa do inimigo. No dia 7 de Janeiro de 2025, o grupo esteve reunido próximo de Quiterajo.

Aliás, em algumas aldeias da costa de Macomia, como Pangane, os al-shabaab continuam a fazer reuniões com as populações que já regressaram às suas casas. Nessas reuniões, os insurgentes continuam a pregar a doutrina *jiba-*

*dist*, dentro da sua estratégia de “ganhar mentes e corações”. Aliás, nessas movimentações, há relatos de que os insurgentes chegam a comprar produtos alimentares de forma “amigável” às comunidades locais. Tudo ocorre longe dos holofotes dos ruandeses, que estão concentrados, sobretudo, nas sedes dos postos administrativos de Mucojo e Quiterajo.

Mas a situação de Macomia não só é preocupante na costa. Mais para o interior, o caos também continua. Na aldeia 5º Congresso, por exemplo, os al-shabaab decapitaram uma pessoa no início da noite do dia 8 de Janeiro. O Estado Islâmico (EI) reivindicou o ataque ocorrido a cerca de 14 km a Sul de uma posição das tropas ruandesas. Embora os ataques dos últimos tempos sejam, sobretudo, contra alvos civis, o EI reivindicou um ataque, a 4 de Janeiro, contra uma posição das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), em Quiterajo. De acordo com o EI, pelo menos um soldado morreu, no ataque. A se confirmar, este é o primeiro confronto entre os al-shabaab e as tropas, no litoral de Macomia, desde Novembro do ano passado.

## Muidumbe

Fora das áreas sob controlo das

Continua na pág. 6



Standard Bank



SER RECONHECIDO COMO  
**BANCO DO ANO**

**2024**

THE BANKER AWARDS

**É SINAL  
DE CONFIANÇA**

O The Banker Awards esteve atento aos Sinais e distinguiu o Standard Bank Moçambique como o Banco do Ano de 2024. Este prémio, que nos enche de orgulho, reflecte o esforço, talento, trabalho e dedicação da nossa equipa na implementação de um modelo de negócio sólido e sustentável com um foco na experiência dos nossos Clientes.



## Crise na RDC

# Líderes da SADC reúnem-se em Harare

**-Kagame aumenta tom de hostilidade e ameaça contra o presidente Ramaphosa**

**C**hefes de Estado e de governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) reúnem-se sexta-feira, dia 31 de Janeiro, em Harare, para debater a questão da deterioração da situação política e militar no leste da República Democrática do Congo (RDC).

Rebeldes do grupo M23, com o apoio político e material do Ruanda, intensificaram as suas acções militares na região do Kivu Norte, no leste da RDC, ocupando, durante o último fim-de-semana, a cidade capital, Goma, depois de atacar contingentes de missões de manutenção de paz das Nações Unidas e da SADC.

Um ataque contra o contingente de manutenção de paz da SADC, conhecido pela sigla SAMIDRC, resultou na morte de pelo menos 13 soldados sul-africanos, provocando tensões diplomáticas entre os governos da África do Sul e do Ruanda.

A cimeira de Harare será dirigida pelo presidente Emmerson Mnangagwa do Zimbabwe, líder em exercício da SADC, e as deliberações terão como base um relatório a ser apresentado pela presidente da Tanzânia, Samia Hassan Suluhu, que dirige actualmente o Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC.

Para além da África do Sul, a SAMIDRC inclui ainda soldados do



Rebeldes do grupo M23, com o apoio político e material do Ruanda, intensificaram as suas acções militares na região do Kivu Norte

Malawi e da Tanzânia.

Na terça-feira, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, emitiu uma declaração pública lamentando a morte dos soldados sul-africanos e ao mesmo conde-

nando as acções dos rebeldes do M23.

Na quarta-feira, a ministra de Defesa da África do Sul, Angie Motshekga, disse que Ramaphosa havia advertido o seu homólogo

do Ruanda, Paul Kagame, de que o ataque ao contingente sul-africano no leste da RDC constituía um acto de declaração de guerra, mensagem que teria sido igualmente transmitida pelos generais sul-africanos que comandam o contingente.

## O tom agressivo de Kagame

Reagindo à advertência, Kagame disse que tinha abordado a situação com Ramaphosa duas vezes esta semana, e que “o que está a ser dito na imprensa por funcionários governamentais sul-africanos e pelo próprio presidente Ramaphosa sobre estas conversas contém muita distorção, ataques deliberados e até mentiras. Se palavras podem mudar tanto de uma conversa para uma declaração pública, isso diz muito sobre como estes assuntos muito importantes estão a ser geridos”.

Na sua declaração, Ramaphosa havia dito que os confrontos resultavam de ataques do M23, actuando conjuntamente com “milícias” das Forças de Defesa do Ruanda (RDF), contra elementos da SAMIDRC.

Kagame reagiu afirmando que era necessário clarificar que as RDF “são um exército, não uma milícia. A SAMIDRC não é uma força de manutenção de paz, e não tem espaço nesta situação. Foi autorizada pela SADC como uma força beligerante em operações ofensivas de combate para ajudar o governo da RDC a lutar contra a sua própria população, trabalhando em colaboração com grupos armados genocidas (...) que visam o Ruanda, enquanto ameaçam levar a guerra para o próprio Ruanda”.

Acusou a SAMIDRC de ter desalojado o que considera como verdadeira força de manutenção de paz, a Força Regional da Comunidade da África Oriental, facto que alega ter contribuído para o fracasso do processo de negociações para pôr fim ao conflito no leste da RDC.

Kagame termina com uma ameaça velada: “Se a África do Sul quer contribuir para soluções pacíficas, muito bem, mas a África do Sul não está em condições de assumir o papel de um pacificador ou mediador. E se a África do Sul prefere a confrontação, o Ruanda irá tomar conta do assunto nesse contexto”.

O tom agressivo de Kagame revela uma grave deterioração das relações entre a África do Sul e o Ruanda devido ao desenrolar da situação na RDC. Na verdade, as relações entre os dois países foram, vezes amiúde, marcadas por tensões em diversos momentos, incluindo em 2014, quando a África do Sul expulsou três diplomatas ruandeses devido ao seu envolvimento em acções de perseguição e assassinato contra presumíveis opositores de Kagame refugiados na África do Sul.

## Continuação da pág. 4

forças ruandesas, os al-shabaab também continuam no activo em outras partes de Cabo Delgado. Um dos distritos mais visados é Muidumbe, onde os insurgentes estão a criar pânico desde finais do ano passado. Miangalewa, um posto administrativo situado na zona baixa de Muidumbe, é dos mais martirizados. Tal como reportamos em finais do ano passado, eles voltaram a atacar a localidade de Miangalewa. Desde lá, a região nunca mais voltou a ter total segurança embora, nas últimas semanas, se tenha registado um movimento de regresso de alguns populares. Aliás, várias pessoas abandonaram suas casas, em Miangalewa, à procura de locais seguros.

Além de Miangalewa, os insurgentes estenderam os ataques para toda a área à volta do Rio Messalo, que abarca não só o distrito de Muidumbe, mas também os distritos

de Macomia e Mocímboa da Praia. Com efeito, várias aldeias situadas ao longo da Estrada Nacional Número 380 (EN380), a principal via que liga a cidade de Pemba, capital de Cabo Delgado, aos distritos do Norte da província, têm sido alvo de ataques.

A título de exemplo, os atacantes haviam ocupado, recentemente, a aldeia 1º de Maio, situada a cerca de 8 km de Miangalewa. No dia 18 de Janeiro, bloquearam a EN380 com barricadas, na zona da aldeia Mungue. A acção resultou em emboscadas contra dois camiões, tendo, os insurgentes, saqueado os produtos de um, e queimando outro. Embora não tenha havido vítimas mortais, o trânsito ficou condicionado, na EN380, concretamente entre a sede do distrito de Macomia e a localidade Awasse, já do lado do distrito de Mocímboa da Praia. A situação levou à reintrodução de escolta militar, no troço, um marco também incompatível com o triunfalismo de insurgentes “completamente desarticulados”.

Uma semana antes, eles tinham feito uma investida, em Mungue, atingindo, no local, um farmacêutico afecto ao distrito de Mueda e que, na altura, viajava, na sua motorizada, de Chitunda a Awasse. Ainda esta semana, o EI voltou a reivindicar um novo ataque, em Miangalewa, com a decapitação de duas pessoas. Há relatos recentes de raptos de pelo menos três pessoas e saque de diversos produtos, em Miangalewa. Entretanto, os insurgentes continuam em vários outros distritos da província de Cabo Delgado, incluindo no Centro e no Sul. Quissanga é apenas mais um exemplo dos distritos com movimento dos al-shabaab. Em Meluco, também têm sido vistos, em zonas como Minhanha e Iba. Estes e mais incidentes mostram que os insurgentes continuam com poder suficiente para prolongar o caos, em Cabo Delgado, ainda que, nos últimos tempos, não direcionem os ataques a alvos, mas sobretudo a civis, em incursões com pelo menos um

padrão: busca de alimentação. Aliás, fontes próximas à insurgência fazem-nos saber que, para já, o plano do grupo passa por reforçar a sua logística, estabelecer bases ao longo da EN380 e lançar ataques tanto a alvos civis como militares.

Resta ver se o governo de Daniel Chapo irá ser mais realista na abordagem do conflito de Cabo Delgado, ou se também irá apostar na propaganda, dando a insurgência ora como “enfraquecida”, ora como “desarticulada” ou quase “desmantelada”, enquanto os al-shabaab continuam a infernizar o Norte de Moçambique. Esta última é a receita para o falhanço, tal como falhou o governo de Filipe Nyusi, que, enquanto investia na contra-informação, perdia a guerra em quase todas as frentes.

O que se espera do novo governo é que aborde o conflito com o necessário realismo, engajando todas as forças vivas da sociedade, incluindo a imprensa independente, que, durante o consu-

lado de Filipe Nyusi, foi um dos principais alvos a abater pelas autoridades, conforme demonstram diversos casos de detenções e sequestros de jornalistas pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS).

A sempre presente referência de Daniel Chapo, sobre “os nossos amigos da comunicação social” dá uma esperança, mas o que a classe jornalística precisa é mais do que esperança ou referências amigáveis: são, sobretudo, acções concretas, que mostrem mudança em relação aos tempos tenebrosos porque passaram, nestes sete anos de conflito, os jornalistas que cobrem os ataques de Cabo Delgado. A ver vamos!

*Texto produzido no âmbito do Projecto Cabo Ligado, em parceria com a ACLED, Zitamar News e mediaFAX. Matéria da inteira responsabilidade do SAVANA.*

# NOVO PORTAL DO CLIENTE myTVCABO



**Gerir o seu contrato  
nunca foi tão fácil!**

Segurança, comodidade  
e autonomia.

Com o myTVCABO vai sentir-se  
em casa.



21 480 550 | 82 4800  
84 4800 | 550 na rede TVCABO  
apoio@tvcabo.co.mz  
my.tvcabo.mz

**tvcabo**

Sempre ligados.

## Reforma eleitoral

# UE disposta a ajudar Moçambique

**A** chefe da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (UE) em Moçambique, Laura Ballarín, disse, nesta quinta-feira, que a organização está disponível a ajudar o país a emprender uma “reforma eleitoral”, tendo assinalado que as eleições gerais de 11 de Outubro foram manchadas por irregularidades e discrepâncias que afectam a integridade do processo e dos resultados eleitorais.

“As conclusões do relatório [da Missão de Observação Eleitoral da EU] apontam para várias irregularidades e discrepâncias que afectam a integridade do processo e dos resultados eleitorais no país”, disse Ballarín, em declarações à imprensa.

Aquela responsável falava após se encontrar com o presidente da República, Daniel Chapo, no âmbito da deslocação a Moçambique, para a divulgação e conferência de imprensa sobre o relatório final da Missão e Observação Eleitoral da UE das últimas eleições gerais.

“Juntamente com a nossa Delega-



Chefe da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia em Moçambique, Laura Ballarín, entrega relatório final das eleições a Daniel Chapo, Presidente da República

ção da União Europeia em Moçambique, posso confirmar que a União está pronta a apoiar os esforços desta reforma eleitoral com assistência técnica”, avançou Laura Ballarín.

Ballarín sublinhou que “em nenhum país do mundo as missões de Observação Eleitoral da União Europeia validam ou invalidam os resultados eleitorais”.

Esta afirmação tenciona definir o

escopo dos observadores eleitorais, na sequência de acusações de que aquela organização comunitária não emite um julgamento enfático sobre os processos eleitorais em Moçambique, limitando-se a uma

linguagem diplomática e eufemística como a ocorrência de “irregularidades” ou “discrepâncias”.

“Como sabem, faz parte da nossa metodologia regressar ao país, para apresentar o relatório final às autoridades e a todos os interlocutores”, realçou.

## Provável encontro com Venâncio

Na reunião com Daniel Chapo, Laura Ballarín apresentou os principais pontos do relatório final, baseados numa observação de dois meses em todo o país, apresentando uma análise e avaliação abrangentes do processo eleitoral.

“O relatório inclui também 18 recomendações destinadas a reforçar e melhorar os futuros processos eleitorais, em conformidade com os compromissos internacionais de Moçambique em matéria de eleições democráticas”, adiantou Ballarín.

Saudou o processo de diálogo político entre todas as partes, que está a decorrer e que deve ser inclusivo. “Estamos igualmente cientes de que, em declarações públicas, o senhor presidente indicou a necessidade de uma futura reforma eleitoral, apontada como fundamental”, vincou a chefe da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia.

Adiantou que transmitiu esta mensagem ao chefe de Estado moçambicano, que confirmou a sua intenção de promover a reforma eleitoral.

“Neste sentido, quero reiterar que este relatório pode servir como uma base e um instrumento de apoio que permita devolver aos moçambicanos a confiança nas instituições públicas”, salientou.

Mas, prosseguiu, para se passar das palavras aos actos, é necessário definir um roteiro com as medidas necessárias para reforçar as instituições democráticas em Moçambique.

“Acreditamos que a UE pode efectivamente desempenhar um papel fundamental neste esforço (...). Continuarei nos próximos dias a reunir-me de forma empenhada com diferentes forças políticas e com os candidatos presidenciais, incluindo Venâncio Mondlane, para além das autoridades e representantes da sociedade civil”, frisou.

Moçambique está mergulhado numa profunda crise política, após as últimas eleições gerais, marcada por manifestações pontuadas com forte repressão policial e destruição de bens públicos e privados, bem como saques, protagonizados por membros da população.

A violência policial e de alguns manifestantes, no contexto das manifestações promovidas pelo segundo candidato presidencial mais votado, Venâncio Mondlane, resultou na morte de centenas de pessoas e ferimento de tantas outras.

## Reacção de funcionários públicos face ao pagamento do 13º salário

# Greve suspensa, por enquanto...

**A**s associações profissionais e sindicais da função pública anunciaram, na manhã desta quarta-feira, a suspensão, com efeitos imediatos, da greve laboral que vinham observando nos últimos dias, depois de ter sido convocada para reivindicar o pagamento do 13º salário referente ano passado, 2024.

Entretanto, numa conferência de imprensa, que, mais uma vez, contou com a presença do Sindicato Nacional da Função Pública (SINAFP), Associação Nacional dos Enfermeiros (ANEMO) e a Associação Nacional dos Professores (ANAPRO), de forma unânime ficou a informação de que a suspensão é por tempo certo. Ou seja, até 28 de Fevereiro, último dia do segundo mês do ano.

Assim, explicou o grupo, caso até esta data o governo não tenha cumprido com o seu dever no que concerne ao pagamento do salário do mês juntamente com o 13º salário [50 por cento para quem está no activo e 100 por cento para os pensionistas], as organizações profissionais e sindicais reservam-se o direito



Greve da função pública vinha se observando desde 20 de Janeiro

de voltar a convocar a paralisação laboral em todo o território nacional e em todos os sectores da administração pública.

Com as coisas colocadas desta maneira, estes dizem que tudo depende do governo, mas acreditam que, tendo eles mostrado boa-fé em suspender o decurso da paralisação, o governo também deverá agir com boa-fé, cumprindo com as suas obrigações em relação ao pagamento daquela remuneração e regalias financeiras aos funcionários do aparelho do Estado.

Mais ainda. As organizações chamam, igualmente, atenção para a necessidade de o governo não iniciar o que se considera “caça às

bruxas”, através da validação de pretensas faltas marcadas ao longo dos dias da greve e, no final do mês, descontar o salário dos funcionários. Caso isso ocorra, também será motivo relevante para que as organizações activem outras formas de luta, das quais uma nova convocação de greve.

“Temos fé que o governo também vai ponderar, do mesmo jeito que nós ponderamos em aceitar os 50%. Portanto, também se vai ponderar questões de perseguições, questões de faltas e desconto de salário”, advertiu Raul Piloto, presidente da Associação Nacional dos Enfermeiros, acrescentando que o risco de retorno à greve, em

caso de não se honrar o compromisso, pode ser trágico para a função pública, tendo em conta o alto grau de saturação e descontentamento dos funcionários.

A greve da função pública vinha se observando desde 20 de Janeiro, realidade que até já resultava em mortes de pacientes nas unidades sanitárias, isto para o sector da Saúde, enquanto na Educação, os gestores escolares eram obrigados a recorrer a chefes de quarteirões, secretários de bairros e outras pessoas estranhas ao sector para a vigia dos chamados exames especiais. (Cleto Duarte)





# INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O ANO LECTIVO 2025

## LICENCIATURAS

### FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

- Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres
- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Renováveis e Recursos Petrolíferos
- Licenciatura em Engenharia e Gestão da Construção Civil

#### Novos Cursos

- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Cibersegurança
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Transportes e Logística
- Licenciatura em Engenharia e Gestão Mecatrónica

### FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Gestão Financeira
- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
- Licenciatura em Administração Pública

#### Novo Curso

- Licenciatura em Gestão de Marketing e Relações Públicas

### FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Licenciatura em Ciências Jurídico - Forenses
- Licenciatura em Ciências Jurídico - Económico - Empresariais
- Licenciatura em Ciências Jurídico - Político - Constitucionais

## MESTRADOS

- Mestrado em Direito do Trabalho
- Mestrado em Finanças e Comércio Internacional
- Mestrado em Docência e Gestão do Ensino Superior
- Mestrado em Direitos Humanos Desenvolvimento Económico e Boa Governação
- Mestrado em Engenharia e Gestão de Energias Renováveis
- Mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Liderança
- Mestrado em Administração e Gestão de Empresas

#### Novo Curso

Mestrado em Engenharia Ambiental e Gestão de Risco e Desastres

## DOCTORAMENTOS

- Doutoramento em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano

#### Novo Curso

- Doutoramento em Riscos Complexos

Para mais informações, os Interessados Podem se Dirigir ao Registo Académico da UDM

**TURNOS:**  
Diurno e Nocturno



Av. Albert Luthuli, 408/438 • Tel.: 21302 102/16  
Fax. 21 302 107 • Cel: 82 305 5176 / 82 305 5167 / 82 305 5178  
Email: informacao@udm.ac.mz • www.udm.ac.mz  
Maputo - Moçambique

GES20

*natura*

# ÁGUA QUE É ÁGUA

Chegou a Natura, a única Água de 18.9 litros 100% Mineral Natural entregue à tua porta.

Os mais de 17 anos de experiência enquanto GES20 e os mais de 5.000 clientes, deram-nos a confiança para sermos quem somos hoje.

Hoje somos  
o que sempre fomos.  
Somos Natura.  
Somos Água é que é Água.



ENTREGAS GRATUITAS\*

**84 367 9510**

encomendas@aguanatura.co.mz

Termos e condições aplicáveis.  
Para mais informações consulte: [aguanatura.co.mz](mailto:encomendas@aguanatura.co.mz)

CRÉDITO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

# O Crédito com a primeira prestação paga por nós

Prestação mensal de

# 4.739,68

MZN  
para 200.000 MZN  
em 84 meses

TAEG: 25,40% TAN: 22%

Financiamento disponível  
de 10.000 a 3.500.000 MZNComissão de organização  
de processo: 1.200 MZN

## Millennium bim

aqui consigo

Com a confirmação da retenção pelo CEDSIF equivalente ao valor da primeira prestação, o Banco irá proceder à devolução dessa prestação através de crédito na conta do cliente num prazo máximo de 30 dias. Elegibilidade: **são elegíveis à devolução da 1ª prestação os novos créditos com retenção na fonte com prazo mínimo de 60 meses (5 anos).**

Condições de acesso: Funcionário Público com retenção na fonte, dispensa a domiciliação do salário, ter capacidade de endividamento, sem registo de incidentes na Central de Risco e idade máxima até 60 anos. Termos e condições aplicáveis. Faça um uso responsável do crédito ao consumo. Campanha válida até 31 de Março de 2025. Saiba mais em [www.millenniumbim.co.mz](http://www.millenniumbim.co.mz) ou num Balcão Millennium bim perto de si.

Depois de anunciarem a retoma das cobranças

# Manifestações contra portagens paralisam TRAC e REVIMO

Por Raul Senda e Cleto Duarte

No decurso das manifestações pós-eleitorais, que têm vindo a caracterizar a actualidade política do país nos últimos três meses, em reivindicação da “justiça eleitoral”, os manifestantes tomaram de “assalto”, na última semana, as portagens geridas pelas concessionárias Trans African Concessions (TRAC) e a Rede Viária de Moçambique (REVIMO). Trata-se das portagens da Matola (TRAC), Katembe e Bela Vista (REVIMO).

As infra-estruturas foram paralisadas depois que as referidas empresas deram sinais de desobediência às medidas e orientações do então candidato presidencial, Venâncio Mondlane, figura que se considera presidente da República eleito pelo povo, no sentido de as portagens não efectuarem cobranças durante os primeiros 100 dias de governação de Daniel Chapo, o presidente proclamado vencedor das eleições gerais de 9 de Outubro de 2024, pelo Conselho Constitucional.

Antes das manifestações de Dezembro, os manifestantes já tinham destruído as portagens de Mudissa, Macaneta, Zintava, Matola-Gare e Cumbeza, nos municípios da Matola e Marracuene, todas geridas pela REVIMO.

As portagens tornaram-se um ponto de controvérsia e protestos, reflectindo um conflito latente entre os cidadãos, especialmente os automobilistas, transportadores e as autoridades responsáveis pela cobrança de taxas para o uso das principais infra-estruturas rodoviárias do país. Os empreendimentos geridos pela REVIMO, instalados ao longo da Estrada Circular de Maputo, Ponte Maputo-KaTembe junto, incluindo as estradas de ligação, eram os que geravam mais controvérsia em virtude do manto sombrio que, desde o princípio, pairou em torno da sua instalação. Contudo, com as manifestações pós-eleitorais, as cobranças

também atingiram as infra-estruturas da TRAC.

As manifestações violentas, sobretudo a partir do dia 23 de Dezembro, após a proclamação e divulgação dos resultados das eleições de 09 de Outubro pelo Conselho Constitucional (CC), obrigaram a TRAC e a REVIMO, sem comunicação oficial, a suspenderem a cobrança das taxas de portagens.

Contudo, através de comunicados oficiais, as duas concessionárias anunciaram a retoma de cobranças a partir do dia 23 de Janeiro. Esta comunicação verificou-se uma semana depois de Venâncio Mondlane anunciar 30 medidas dos próximos 100 dias, dentre as quais, o não pagamento de portagens. Contudo, a orientação foi ignorada pelas concessionárias e estas retomaram as cobranças, facto que foi imediatamente respondido com manifestações violentas, reacendendo os movimentos de contestação que nos últimos dias pareciam amainar.

Na essência, os cidadãos nem recusam pagar as portagens. O que exigem é que as empresas concessionárias reduzam os preços. Também acusam as concessionárias de tomarem decisões unilateralmente, sem fazer o mínimo de consulta aos cidadãos, o que é agravado pelo facto de não se construir estradas alternativas às portagens.

No caso concreto da portagem da TRAC, instalada na zona limítrofe entre Maputo e Matola, ao longo da (EN4), os manifestantes alegam que a concessionária já não tem motivos para continuar a cobrar o preço de 40 meticais (valor de uma viatura ligeira), porque já cumpriu o seu ciclo de rentabilidade, a avaliar pelo tempo (28 anos) de operação.

## Vandalismo e confrontos na portagem da Matola

Os protestos na EN4 contra os pagamentos na portagem da Matola, além de paralisar, por mais de 10 horas, a ligação entre os municípios



Manifestantes tomam conta das portagens da REVIMO e TRAC

de Maputo e Matola, incluindo as fronteiras de Ressano Garcia e Namaacha, quase que desaguavam numa tragédia, bastava apenas um elemento da Polícia da República de Moçambique (PRM) largasse, do seu gatilho, um único tiro contra os contestatários.

Os manifestantes, que eram em grande parte transportadores, ameaçaram incendiar o camião-cisterna cheio de combustível. Antes, com o recurso à danificação de pneus, os manifestantes imobilizaram, a escassos metros de um posto de abastecimento de combustível, o referido camião.

Na verdade, o camião-cisterna serviu de escudo para limitar a intervenção da Unidade de Intervenção Rápida, que estava no local em grande número.

A estrada foi reaberta depois das

17:30 e a desmobilização dos manifestantes foi de forma voluntária. A portagem reabriu, contudo, o pagamento não era obrigatório. Pagava quem quisesse. Além das cobranças não consentidas, os transportadores também reclamavam o facto de a TRAC cobrar passagens efectuadas pelos transportadores no período em que as cobranças tinham sido canceladas. Na confusão desta quinta-feira, duas viaturas de assistência da TRAC foram vandalizadas e o trânsito foi fechado.

Do lado da Matola, os manifestantes usaram 14 viaturas para fazer o bloqueio, incluindo três camiões de transporte de inertes e minérios da África do Sul para o porto de Maputo. Três minibus de 29 lugares, pertencentes a uma empresa de prestação de serviços de transportes, também foram arrastados para o bloqueio deixando perto de uma centena de trabalhadores, que estavam a bordo, no desespero.

No meio da confusão, a Polícia tentou, por diversas vezes, “negociar” com os manifestantes, mas sem sucesso. À medida que os protestos se intensificavam, a Polícia foi forçada a recorrer ao uso de gás lacrimogénico e disparos para dispersar os manifestantes e evitar que o bloqueio se expandisse.

Contudo, as acções da Polícia não aconteciam propriamente na zona da portagem. Verificam-se em zonas onde os manifestantes tentavam montar mais bloqueios, que, na realidade, era para servir de pontos de avanço ou para obstruir a chegada

de reforços da Polícia na portagem. Todas tentativas de negociação encetadas pela Polícia fracassaram, porque os manifestantes não aceitavam as propostas que lhes eram apresentadas. Os revoltosos queriam que a TRAC deixasse de debitar valores não pagos durante a paralisação das portagens e redução da taxa de portagem nos transportes semiolectivos de passageiros. O isolamento de Maputo e Matola fez com que milhares de pessoas caminhassem mais de cinco quilómetros da portagem à Brigada Montada, onde podiam tomar as viaturas. É o caso da Lúcia Matsimbe, 39 anos, que saía do bairro Tsalala para a cidade de Maputo à procura de material escolar para os seus três filhos.

Disse que tomou o transporte semi-colectivo de passageiros por volta das seis horas da manhã, visto que tinha a intenção de regressar cedo para continuar com as suas actividades diárias. Contudo, explicou, chegaram à zona da portagem, depararam-se com o bloqueio e os manifestantes obrigavam os transportadores a descarregar os passageiros e a estacionar as viaturas no local.

Fora da viatura, Matsimbe atravessou a portagem, a pé, na esperança de que, do outro lado encontraria uma viatura que a levasse até ao centro da cidade. Contudo, foi em vão, porque as viaturas terminavam na Brigada Montada. Imaginando a distância que deveria caminhar, a fonte optou por regressar a casa, e como nas mediações da

portagem nenhum transportador era permitido carregar pessoas, foi obrigada a caminhar até a paragem da “casa branca”. Explica que o caminho foi iluminado porque chegou a paragem sem nenhum incidente, contudo, pelo caminho testemunhou episódios de terror. Diz que muitas pessoas foram assaltadas, e os malfeitores optavam por bens como telefones, carteiras, cabelos, relógios, jóias entre outros.

Geraldo Marrengula, 26 anos, residente no bairro da Liberdade, município da Matola, tinha uma entrevista de emprego marcada para a manhã desta quinta-feira. Devidamente apuramado, deixou a casa muito cedo a fim de chegar a tempo. Contudo, a esperança de se livrar do grupo dos desempregados ficou frustrada.

Conta que estava a caminho da zona de Museu, na capital, quando a viatura em que seguia foi obrigada a terminar a viagem na zona da portagem. Aflito, Marrengula explica que atravessou a portagem a pé, e como não havia transporte do outro lado, caminhou até à zona da Brigada Montada, onde tomou outra viatura até Museu. Contudo, não chegou a tempo. A entrevista tinha sido marcada para as nove horas e a nossa fonte chegou ao local por volta das 11 horas.

Diz que na firma foi informada que as entrevistas tinham terminado e foi aconselhado a regressar a casa e esperar por uma nova chamada. Desesperado, Geraldo Marrengula conta que sentiu algum sinal da

gurança, teve de enfrentar gás lacrimogénico e caminhar mais de 12 quilómetros para salvaguardar seu emprego. Conta que vive na Machava e trabalha na baixa da cidade. Com o boqueio da portagem, os Chapas também deixaram de circular. Sem transporte, Machanguana saiu da sua casa até Brigada Montada a pé. Debaixo de calor intenso, precisou de três horas para percorrer a referida distância e pelo caminho inalou gás lacrimogénico.

Conta que não tinha outra alternativa, porque o seu patronato não aceita qualquer argumento para justificar a ausência. Explica que durante a caminhada assistiu coisas terríveis protagonizadas por malfeitores e oportunistas contra pessoas que caminham. Os gatunos arrancavam bens das pessoas e refugiavam-se no caniço que circunda a portagem de Maputo.

Viu pessoas a serem tiradas telefones carteiras. Por isso, para escapar dos malfeitores, as pessoas organizavam-se em grupos de 10 a 15 a fim de fazer a caminhada no troço que vai da portagem até Brigada Montada. Frisa que são assaltos que aconteciam perante o olhar impávido da Polícia que, mesmo com o grito das vítimas, não agia.

Paulo Machanguana diz que a luta pela justiça eleitoral é justa, mas a partir do momento que Daniel Chapo foi proclamado presidente a República, é altura de os moçambicanos se reconciliarem e seguirem em frente.

Explica que a insegurança e a incerteza que se vive no país não ajuda os moçambicanos e lança um apelo ao presidente da República para que

convide Venâncio Mondlane, para se sentarem à mesma mesa em prol da paz e do bem-estar do país e dos moçambicanos.

“Todos dias estão a destruir bens das pessoas e do Estado, todos dias estão a morrer pessoas. Quem ganha com isto tudo? Será a Frelimo e Daniel Chapo? Será Venâncio Mondlane? Eu não acredito que essas pessoas têm algum ganho. Pelo contrário, estão a destruir o país e atrasar Moçambique. Peço que dialoguem para voltarmos a ter sossego”, apelo Machanguana.

Sublinhar que a TRAC, oficialmente formada em 1996, tornou-se um elemento essencial da “Iniciativa de Desenvolvimento do Corredor de Maputo” após assinar um contrato de concessão de 30 anos em 1997, em parceria com os governos de Moçambique e África do Sul.

A empresa foi criada para “projectar, construir, financiar, operar e manter” a EN4, que liga África do Sul a Maputo (Moçambique),

numa extensão total de 600 quilómetros, dos quais 95 são no território moçambicano.

Para tal, o consórcio investiu pouco mais de três mil milhões de randes na construção da estrada. Na portagem da Matola, a TRAC gere um fluxo diário estimado entre 50 a 52 mil veículos, incluindo 2.297 camiões de carga. Segundo relatórios internos, a empresa factura, em média, cerca de 3,5 milhões de meticais/dia, valor que sustenta a manutenção da via e o retorno financeiro aos investidores.

O contrato de Construção, Operação e Transferência (BOT) expira em 5 de Fevereiro de 2028, e prevê que a gestão da rodovia retorne ao Estado após essa data. Até lá, a TRAC opera sob uma parceria público-privada, dividindo riscos e lucros com a Agência Nacional de Estradas da África do Sul (SANRAL) e sua contraparte moçambicana, a Administração Nacional de Estradas (ANE).



Agentes da Polícia negociando com os manifestantes para a desbloqueio da portagem da Matola

## Portagem de Bela Vista incendiada

A quinta-feira não foi sombria apenas para a TRAC. Na noite do mesmo dia, um grupo de manifestantes ateou fogo sobre a portagem Mudissa, posto administrativo de Bela Vista, distrito de Matutuine, província de Maputo. A infra-estrutura é gerida pela REVIMO. Antes de incendiar por completo o empreendimento, os manifestantes exigiram que os colaboradores parassem de cobrar. Como a orientação não foi acatada, estes expulsaram os trabalhadores e de seguida atearam fogo e fugiram do local. Na portagem de Bela Vista, a taxa mínima que é cobrada aos automobilistas é de 100 meticais. A infra-estrutura



Depois de Cumbeza, manifestantes incendiaram portagem bela Vista

conta com a protecção de uma força policial e de agentes de segurança privada, mas as duas forças não tiveram calibre para neutralizar os manifestantes, e como solução também fugiram do local.

Fala-se de mais de 100 pessoas, muitas delas não conhecidas localmente, o que se vaticina que vêm de outros pontos e foram a Bela Vista com o intuito de destruir a infra-estrutura. Também se fala de alguma perícia em sabotagem, o que se pressupõe que são pessoas com algum conhecimento de arte de guerra. Em Dezembro, a mesma portagem tinha sido visitada pelos manifestantes, mas os danos limitaram a quebra de vidros das cabines.



Revoltados com as cobranças no período em que, as portagens tinham passagem livre, transportadores “sequestram” camião de combustível e bloqueiam a portagem da Matola



## Vodacom oferece estágios profissionais

**A** Vodacom Moçambique formalizou, esta quarta-feira, a sua abertura para a capacitação de jovens recém-graduados para o mercado de trabalho, através da disponibilização de pacotes de estágios profissionais em várias áreas do saber, promovendo a inclusão digital, a educação e o empreendedorismo, pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país.

Para o efeito, a Vodacom Moçambique rubricou dois memorandos de entendimento com a plataforma internacional de desenvolvimento pessoal e profissional de jovens estudantes, AIESEC e a fundação MozYouth.

O acordo com a fundação MozYouth visa responder ao crítico desafio do desemprego por parte dos jovens com idades entre 18 e 30 anos. Com essa parceria, a Vodacom pretende promover a inclusão digital e o desenvolvimento de competências em áreas estratégicas como Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Em 2024, 20 jovens da MozYouth beneficiaram de estágios profissionais, para o desenvolvimento de competências técnicas e expe-



Jovens recém-graduados apoiados pela Vodacom para a sua inserção no mercado de trabalho

riência prática no sector digital, incluindo o ecossistema financeiro digital nos serviços do M-Pesa. “A inclusão digital é um dos pilares do nosso compromisso com o desenvolvimento da juventude em Moçambique. A parceria com a MozYouth é uma prova do impacto transformador que conse-

guimos alcançar ao proporcionar estágios e oportunidades reais para jovens talentos enfrentarem os desafios de um mercado de trabalho em constante mudança,” afirmou Kátia Meggy, directora de Recursos Humanos da Vodacom Moçambique. Por outro lado, a parceria com a

AIESEC está focada no empoderamento técnico e profissional dos jovens moçambicanos, através de estágios em áreas tecnológicas e de inovação, bem como iniciativas que promovem competências de liderança. Alinhada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das

Nações Unidas, a AIESEC e a Vodacom irão colaborar para expandir programas como o Code Like a Girl, que fomenta o interesse de raparigas pela área da tecnologia.

“O empoderamento da juventude é essencial para construirmos um Moçambique mais inclusivo e sustentável. Com a AIESEC, queremos formar líderes capazes de transformar desafios em oportunidades, conectando jovens com experiências que desenvolvam o seu potencial máximo,” destacou Kátia Meggy.

M-Pesa e Inclusão Financeira No âmbito da parceria com a MozYouth, o M-Pesa tem desempenhado um papel fundamental na expansão da inclusão financeira em comunidades rurais, capacitando jovens para desenvolverem um ecossistema digital sustentável.

“Esta colaboração com a MozYouth tem sido essencial para o nosso trabalho de promover a inclusão financeira em Moçambique. Os estagiários não só trazem energia e inovação para o M-Pesa, como também desempenham um papel vital na ligação de comunidades remotas aos serviços financeiros digitais,” afirmou Sérgio Gomes, director-geral do M-Pesa.

## Cornelder apoia arborização da cidade da Beira

**A** sexta fase de arborização da cidade da Beira, com o objectivo de contribuir para a reposição das árvores destruídas aquando da passagem do ciclone tropical Idai, em Março de 2019, arrancou no passado sábado, 25 de Janeiro, e deverá prolongar-se até 1 de Março.

A iniciativa cívica, liderada pelo Movimento Beira Verde, volta a contar com o apoio da Cornelder de Moçambique (CdM) que, desde a primeira fase, decorrida em 2020, tem oferecido mil mudas anualmente, o que totaliza seis mil mudas durante as seis etapas. Para além da oferta das mudas, a CdM tem contribuído com o apoio na logística das activida-



Movimento Beira Verde lidera operações de arborização na capital provincial de Sofala

des do plantio, como na cedência dos materiais usados para a limpeza e arborização e na mobilização dos seus trabalhadores e suas famílias para aderirem ao plantio das árvores.

Nas cinco fases anteriores, de 2020 a 2024, foram plantadas 7.650 árvores na cidade da Beira.

O índice de sobrevivência das mesmas é de 38/40%, de modo que já são visíveis os frutos desta iniciativa.

No passado sábado, 25 de Janeiro, cerca de 100 voluntários, grande parte deles ligado à CdM, estiveram a proceder ao plantio das árvores no bairro da Ponta-Gêa, onde foram plantadas 232 árvores, elevando o número total para 7.882 já plantadas pelo Movimento Beira Verde.

# Vítimas do ciclone Chido recebem apoios

**E**m resposta às necessidades emergentes provocadas pelo ciclone Chido na província de Cabo Delgado, Moçambique, o Fórum das Mulheres da Grindrod doou roupas ao Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD).

O ciclone Chido deixou as comunidades de Cabo Delgado numa situação crítica, resultando em deslocamentos em massa e desafios que sublinham a necessidade urgente de apoio imediato. Reconhecendo o papel essencial do INGD na coordenação da resposta a desastres, o Fórum das Mulheres da Grindrod em Moçambique organizou essa doação para fornecer ajuda concreta às comunidades mais vulneráveis.

A tempestade deixou as comu-



Ciclone Chido fustigou alguns distritos de Cabo Delgado e Nampula

nidades de Cabo Delgado em grande precariedade, com deslocamentos vastos e dificuldades, que enfatizam a urgência de assistência imediata.

O Fórum de Mulheres da Grindrod organizou este acto de doação, com o intuito de apoiar as comunidades vulneráveis, ciente da importância do INGD na resposta a desastres.

“A destruição provocada pelo ciclone Chido é extremamente alarmante”, afirmou Pedro Quong, director-geral dos Terminais da Grindrod em Maputo.

“Com esta doação, temos a esperança de proporcionar algum tipo de conforto e ajudar os afectados, além de contribuir para o trabalho essencial do INGD em auxiliar essas comunidades na recuperação”.

## Taxa MIMO cai para 12,25 %

**O** Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu reduzir a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, de 12,75 % para 12,25 %.

Esta decisão decorre da manutenção das perspectivas da inflação em um dígito, no médio prazo, não obstante o aumento dos riscos e incertezas associados às projecções, com destaque para os decorrentes da tensão pós-eleitoral, o risco fiscal e os choques climáticos. Adicionalmente, o CPMO decidiu reduzir os coeficientes de Reservas Obrigatórias, para os passivos em moeda nacional, de 39,0 % para 29,0 %, e em moeda estrangeira, de 39,50 % para 29,50 %, visando disponibilizar mais liquidez para apoiar a economia na reposição da capacidade produtiva e da oferta de bens e serviços.

As perspectivas da inflação mantêm-se em um dígito no médio prazo.

Em Dezembro de 2024, a inflação anual aumentou para 4,15%, depois de 2,84% em Novembro, a reflectir a redução da oferta de bens e serviços decorrente da tensão pós-eleitoral.

A inflação subjacente, que exclui as frutas e vegetais e bens com preços administrados, também aumentou. A manutenção das perspectivas da inflação em um dígito, no médio prazo, reflecte, essencialmente, a estabilidade do metical e o impacto das medidas tomadas pelo CPMO.

No entanto, o Banco de Moçambique (BdM) assinala que a pressão sobre o endividamento público interno se agravou. A dívida pública interna, excluindo os contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, situa-se em 435,6 mil milhões de meticais, o que representa um aumento de 20,1 mil milhões em relação a Dezembro de 2024.



mento público interno se agravou. A dívida pública interna, excluindo os contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, situa-se em 435,6 mil milhões de meticais, o que representa um aumento de 20,1 mil milhões em relação a Dezembro de 2024.

Por outro lado, as reservas internacionais brutas situam-se em níveis suficientes para cobrir cerca de cinco meses de importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos. A taxa de juro de referência para o crédito, Prime Rate, continua a reduzir, em linha com as decisões de política monetária.

O mesmo comportamento observa-se nas taxas de juro que os Bancos praticam com os seus clientes. Por seu turno, o crédito à economia aumentou 7,30 %, de Janeiro a Novembro de 2024.

## Eni apoia restauração dos meios de subsistência em Cabo Delgado

**A** Eni Rovuma Basin, em nome dos parceiros da Área 4 e em colaboração com a Universidade Lúrio e as organizações não governamentais ADPP e AVSI, está a apoiar o desenvolvimento socioeconómico das comunidades nos distritos de Pemba, Metuge e Mecufi, na província de Cabo Delgado. Estas áreas, já impactadas pelo actual contexto volátil naquela província rica em gás, tiveram a sua situação ainda mais agravada pela recente devastação causada pelo ciclone Chido.

No âmbito dos “Projetos de Resiliência e Recuperação de Cabo Delgado”, implementados como parte do Plano de Desenvolvimento Coral South, foram entregues cinco novos furos de água, dos quais três destinados ao distrito de Mecufi e dois ao distrito de Metuge. Esta intervenção acontece num momento crucial, tendo em conta que o ciclone Chido atingiu recentemente a região Norte, causando danos aos sistemas de abastecimento de água.

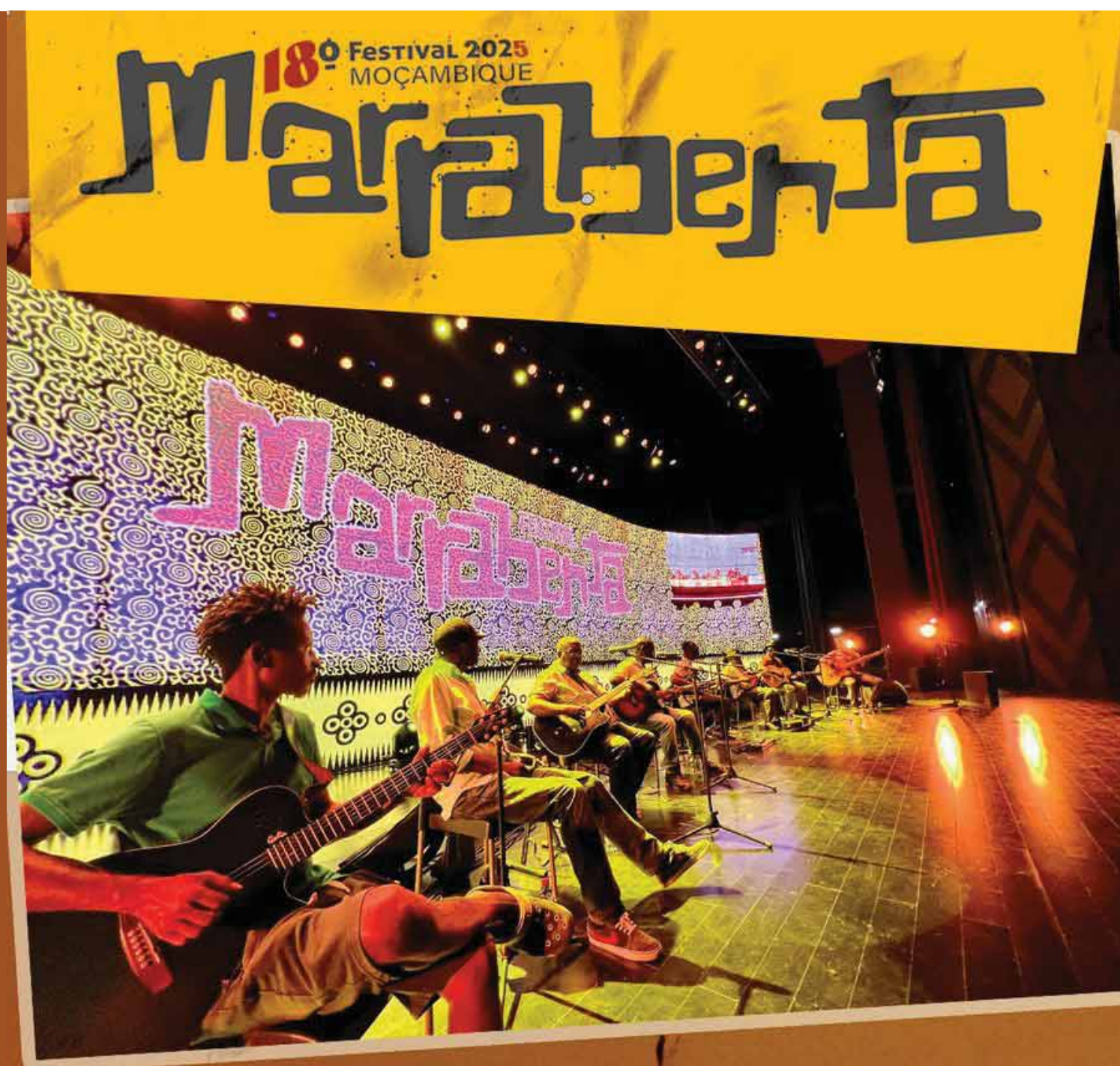
Uma nota da Eni assinala que a entrega dos furos de água vai ajudar a restabelecer o acesso à

água potável e ao saneamento para aproximadamente 2.300 residentes daquelas áreas. Adicionalmente, o projecto de Coesão Social, implementado em parceria com a Fundação AVSI, irá dotar as comunidades de competências e ferramentas essenciais para a criação de meios de subsistência sustentáveis

No distrito de Metuge, 75 jovens mulheres concluíram uma formação de três meses na área de empreendedorismo. Destas, 66 receberam financiamento e kits iniciais para arrancarem com as suas actividades de geração de renda, que incluem a instalação de bancas para venda

de produtos congelados, produtos de mercearia, vestuário, calçados e ferramentas como ancinhos, enxadas, carrinhas de mão e fertilizantes.

A Eni afirma que a implementação destas iniciativas faz parte de uma estratégia de longo prazo da Área 4, que visa promover a coesão social e o desenvolvimento inclusivo tanto dos deslocados internos como das comunidades acolhedoras na província de Cabo Delgado fomentando, deste modo, uma estabilidade duradoura na região, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.



PALCO 1: GRANDE AUDITORIO 18H00 - 20H00

## XITIKO XA MARRABENTA

ROBERTO CHITSONZO - BERNARDO XIDIMINGUANA - YOLANDA KAKANA - FOKISS JR

PEDRO CHAU - FERNANDO LUIS - SETH SWAZI - JOÃO COSSA - EBENEZER - FADIR

JIMMY GUAZA - BEN MUTHEMBA - DANIEL LANGA - TIMOTIO CUCHE - LENA SOTO

AMADINHO - MARLENE - SERGIO MATHUSSE - ZOCO DIMANDE - LINDO CUNA

PIKA TEMBE - DJ ARDILES - ZIQO - REALDO SALATO

PALCO 2: ATRIO - 20H00 - 22H00

ZOCO DIMANDE - STELIO MONDLANE - ALBANO GOVE - JOSH SITOE

# 03FEV

18H00 - 22H00  
CENTRO CULTURAL  
MOÇAMBIQUE CHINA  
PREÇO 1000<sup>MTN</sup>  
INFO: 870881780



marrabenta **live** tv



**MARRABENTA+**  
special events & technology

# Vulcan junta-se ao combate às drogas

**A** Vulcan acaba de se juntar ao Gabinete Provincial de Prevenção e Combate às Drogas de Tete, através da assinatura de um memorando de entendimento, com o objectivo de reforçar as acções de sensibilização e prevenção, uma iniciativa enquadrada na política de responsabilidade da mineradora.

É que o crescente número de adolescentes e jovens envolvidos no consumo de álcool e drogas tem preocupado as autoridades



Momento da entrega de material pela Vulcan

locais em Tete e, para enfrentar esse desafio, aquelas entidades uniram esforços para enfrentar o mal.

A parceria visa intensificar campanhas educativas sobre o alcoolismo e a toxicod dependência, especialmente entre adolescentes e jovens em escolas, comunidades e sectores públicos.

À luz do memorando, a Vulcan compromete-se a apoiar esta causa através da disponibilização de diversos materiais de divulgação, como t-shirts, bonés, folhetos, cartazes, caixa de som e microfone, além de um gazebo para sombra. Esses recursos serão utilizados para fortalecer as campanhas de sensibilização, transmitindo mensagens apelativas que alertam sobre os riscos do consumo de álcool e drogas.

“O alcoolismo e a toxicod dependência causam mudanças de comportamento que afectam a saúde, a segurança, a vida pessoal e o desempenho profissional. A Vulcan tem como regra de ouro ‘não trabalhar sob efeito de álcool e drogas’ e, por isso, reitera o seu compromisso em apoiar acções preventivas e de tratamento, promovendo uma sociedade mais saudável e segura”, salientou Delmira Petersburgo, Gerente da Área de Saúde, Higiene Ocupacional e Ergonomia da Vulcan.

Por sua vez, o director do Gabinete Provincial de Combate e Prevenção às Drogas, Arnaldo Roda, agradeceu à Vulcan pelo apoio e reforçou a importância da iniciativa.

“A entrega destes materiais permitirá acelerar o nosso trabalho. Agradecemos este apoio, que nos ajudará a fortalecer as acções de prevenção primária em escolas e sectores públicos considerados vulneráveis”, frisou Roda.



25 Anos



**FAZ A TUA LICENCIATURA EM ENGENHARIA OU GESTÃO PRESENCIAL OU À DISTÂNCIA.**

**CANDIDATURAS ABERTAS EM ISUTC.AC.MZ ATÉ FEVEREIRO DE 2025**

## LICENCIATURA EM GESTÃO E FINANÇAS

- Engenharia Eletrotécnica;
- Engenharia Civil e de Transportes;
- Engenharia Informática e de Telecomunicações;
- Engenharia Mecânica e de Transportes;
- Engenharia Electrónica e de Telecomunicações;
- Engenharia e Ciência dos Computadores;
- Engenharia Ferroviária;
- Engenharia Ambiental;
- Engenharia Electromecânica.

## LICENCIATURA EM GESTÃO E FINANÇAS

- Contabilidade e Auditoria;
- Gestão e Finanças;
- Gestão Bancária e de Seguros.

## CONDIÇÕES DE INGRESSO

- 12ª Classe ou Equivalente (aprovação nas provas de admissão);
- 14 valores na 12ª Classe (ingresso directo);
- Grau de Bacharel ou que tenha frequentado outra instituição de ensino superior.

**NB: A abertura dos cursos está condicionada a um número mínimo de matriculados.**

**Inscribe-te já e beneficia de 25% de desconto na taxa de matrícula, em comemoração dos 25 anos do ISUTC. Consulta os termos e condições no website.**

*A Transcom é a Entidade Instituidora do ISUTC Cursos  
Certificados pelo CNAQ*

**GARANTE O TEU FUTURO  
COM UMA FORMAÇÃO SÓLIDA**

Mais informações contacte-nos:  
Cell: 859000088  
Whatsapp: 859000042  
E-mail: [estuda@isutc.ac.mz](mailto:estuda@isutc.ac.mz)  
[www.isutc.ac.mz](http://www.isutc.ac.mz)



**mediaFAX**

Assinatura do Diário Electrónico  
2017

DESTINO	PERÍODO		
	Trimestral	Semestral	Annual
Ordinária	2.000,00mt	3.850,00mt	7.300,00mt
	USD 0,00	USD 0,00	USD 0,00
Instituição Nacional	3.850,00Mt	7.300,00Mt	11.700,00Mt
Embaixadas	5.900,00Mt	9.500,00Mt	18.300,00Mt
ONG's	5.000,00Mt	9.500,00Mt	18.300,00Mt

Cada período é renovável a qualquer altura do ano.  
Contra valor em moeda estrangeira e feito ao cambio do dia,  
Banco de Moçambique, venda.

**Para mais informação contacte:**

Srs. Fabio Matavele ou Dingizwayo Chiconda

0035, Matavele@isutc.ac.mz, dingizwayo@isutc.ac.mz, isutc@isutc.ac.mz, isutc@isutc.ac.mz

APBN, 21 327631 / 21 301737 / 82 3171100 / 84 3171100  
Fnx, 21 302482 / 21 304265 [isutc@isutc.ac.mz](mailto:isutc@isutc.ac.mz)



## EDITORIAL



# Chapo e a realidade do presente, como ele o herdou do passado

**H**á momentos em que nações se confrontam com o que se pode chamar de pontos de viragem, que é quando acontecimentos extraordinários, geralmente nunca vistos na sua história, redefinem o seu futuro de uma forma muito radical.

Tratando-se de viragens que tradicionalmente resultam de lutas entre duas ou mais forças, esses momentos, que se tornam irreversíveis, tanto podem ser para o lado positivo como para o negativo, dependendo de qual dos protagonistas consegue se impor sobre os outros.

Moçambique atravessa um destes momentos, e o seu futuro está indubitavelmente muito associado a qual das forças actualmente em confronto sairá triunfante. Existem três forças em confronto, a saber: a ala reformista da Frelimo, o grupo conservador deste partido, e o movimento popular revolucionário que tem liderado as manifestações dos últimos três meses no país.

Para já é importante ressaltar que um futuro seguro para Moçambique não deve resultar da vitória total de qualquer uma destas forças, mas sim de uma solução de compromisso em que todas elas vêem salvaguardados os seus interesses ou visão de governação.

Não se alcança este nobre desiderato sem que qualquer das partes esteja preparada para dialogar com todas as outras, num processo guiado por um espírito de abertura e honestidade.

Pelos seus discursos desde que assumiu as rédeas do poder, Daniel Chapo sugere representar claramente uma linha de pensamento dentro da Frelimo favorável a mudanças que podem ajudar o país a afastar-se do precipício, e porque não, a própria Frelimo a salvar-se do seu eminente confinamento ao caixote de lixo da história.

Ninguém se identifica abertamente com a ala conservadora do partido, mas dá para perceber que, não sendo ela homogénea, é constituída por algumas bolsas de resistência à mudança, que temem perder os seus privilégios e capacidade de acumulação de mais riqueza. O movimento popular revolucionário gira em torno de Venâncio Mondlane, e defende, sem reservas, uma viragem totalmente radical, que na sua essência implica o derrube da Frelimo. Ou pelo menos, inviabilizar a sua governação.

São estas forças que se digladiam, cada uma à procura de subjugar as outras e assumir o controlo da situação. Mas a luta mais intensa pelo poder está entre Chapo e as inúmeras forças que fazem eco ao discurso de Venâncio Mondlane e o obedecem com muito rigor.

Já com o poder nas mãos, Chapo pode ser tentado a ignorar esta força, persuadido a acreditar que com o tempo, Venâncio Mondlane irá desaparecer do mapa, e que os seus seguidores serão levados pela exaustão a desistir. Só que essa estratégia vai o conduzir exactamente para onde os seus detractores querem que ele esteja. A ingovernabilidade do país durante os próximos cinco anos é algo que Chapo não estará certamente disposto a contemplar.

A melhor alternativa passa, por isso, por encontrar uma plataforma de diálogo em que Venâncio Mondlane é uma peça-chave, dando sinal aos seus apoiantes de que as suas reivindicações estão a ser atendidas. Ignorá-lo por completo, como parece ser o caso, na crença de que os únicos interlocutores válidos são os partidos com representação parlamentar, é um cálculo muito errado e perigoso. Os números falam por si; por sua influência, Venâncio Mondlane conseguiu que o PODEMOS, em circunstâncias muito desfavoráveis, elegeu 43 deputados, número que é superior ao dos 36 deputados que juntos os outros dois partidos da oposição, nomeadamente a Renamo e o MDM, conseguiram eleger. É por isso uma força que não deve ser ignorada com tamanha leviandade.

Como dizia Karl Marx em 1852, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem conforme as suas próprias vontades; não a fazem em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas sim em circunstâncias com que se confrontam directamente, dadas e transmitidas pelo passado”.

Chapo não precisa de gostar de Venâncio Mondlane. Nem tem de escolher as circunstâncias em que fará história. Essas, já lhe são impostas pela realidade do presente, tal como ele o herdou do passado.

## Cartoon

### Diálogo de paz



# Duelo EUA e China em IA

Por António Jaime Martins

**O** ChatGPT, criado pela norte-americana OpenAI, e o DeepSeek, criado pela startup chinesa em ascensão, devem ser analisados sob dois prismas: desenvolvimento tecnológico e impacto regulatório. A criação do ChatGPT, um modelo de linguagem de grande escala (LLM), implicou elevados recursos computacionais e avultados investimentos. Já o DeepSeek-R1, modelo mais evoluído daquela startup chinesa, promete um desempenho semelhante ao ChatGpt o1 (modelo de raciocínio mais avançado da OpenAI) com menos energia e capital, levantando questões sobre a eficiência e sustentabilidade do modelo de IA norte-americano.

A introdução do DeepSeek-R1 no mercado norte-americano teve fortes repercussões nas gigantes tecnológicas Nvidia, Broadcom e Taiwan Semiconductor Manufacturing Company, que sofreram perdas a rondar um bilião de dólares em capitalização de mercado com a tecnológica Nvidia à cabeça a perder 17%.

Donald Trump declarou tratar-se de um “alerta” ao Vale do Silício, exigindo mais investimento e desenvolvimentos rápidos. Satya Nadella, CEO da Microsoft, corroborou esta preocupação, realçando a combinação de eficácia e custos baixos apresentada pela DeepSeek.

Mas, a disputa entre a OpenAI e a DeepSeek transcende o combate pela inovação tecnológica, porque envolve considerações éticas e legais. A OpenAI respeita regulamentação rigorosa, tendo de assegurar a proteção de dados, enquanto a DeepSeek terá menor controlo normativo. Este cenário de utilização em larga escala de IA à escala global, vinca a necessidade de convergência regulatória internacional, garantindo que os avanços tecnológicos em Inteligência Artificial respeitem direitos, transparência e, assim, a confiança dos utilizadores.

No campo regulatório, a União Europeia aprovou o Regulamento (UE) 2024/1689 (*Regulamento da Inteligência Artificial*) que visa salvaguar-

dar e garantir a utilização de sistemas de IA seguros e éticos, impondo regras rígidas quanto à proteção de dados pessoais. Ora, a utilização de produtos IA norte-americanos e chineses na Europa, terá necessariamente de se conformar com o normativo regulatório europeu.

Já no duelo entre as tecnológicas americanas e chinesas, o embate será mais duro e não será difícil prever que a curto e médio prazo envolverá os respetivos governos, sendo muito provável que a necessidade de proteger dados, hábitos e segredos comerciais e industriais, impliquem a interdição recíproca da utilização daqueles produtos. No fim de contas, o desafio residirá em equilibrar inovação, custos e proteção efectiva dos utilizadores de IA, num contexto global onde a corrida pela liderança na criação de produtos IA se irá intensificar. (dn.pt)

*\*Advogado e sócio fundador da ATMJ - Sociedade de Advogados*

**SAVANA**  
INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRA/DNI/93  
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

Direcção, Redacção e Administração:  
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73

Telefones:  
(+258)21301737,823171100,  
843171100

**KOK NAM**  
Director Emérito

Conselho de Administração:  
Nídia Chiziane (presidente)  
António Gumende  
Alves Gomes

Director Editorial:  
Fernando Gonçalves  
editorsav@savana.co.mz

Editor Executivo:  
Francisco Carmona  
(franciscocarmona@savana.co.mz)

Redacção:  
Raúl Senda, Arginaldo Nhampossa e  
Armando Nhamumbo

Fotografia:  
Ilec Vilanculos

Colaboradores Permanentes:  
Fernando Manuel, Ivone Soares, Luís  
Guevane, e Paulo Mubalo (Desporto)

Colaboradores:  
André Catueira (Manica)

Maquetização:  
Auscêncio Machavane e  
Elton Mahumane.  
Revisão  
Américo Pacule

Publicidade  
Benvinda Tamele (82 3171100)  
(benvinda.tamele@savana.co.mz)

Distribuição:  
Miguel Bila  
(824576190 / 840135281)  
(miguel.bila@savana.co.mz)  
(incluindo via e-mail e PDF)  
Fax: +258 21302402 (Redacção)  
82 3051790 (Publicidade/Directo)

Delegação da Beira  
Prédio Aruanga, nº 32 - 1º andar, A  
Telefone: (+258) 82 / 843171100  
savana@savana.co.mz  
Redacção  
admc@savana.co.mz  
Administração  
www.savana.co.mz

# Indultos e suspensões

Por Rui Verde

Os últimos tempos jurídicos têm estado ocupados por dois temas. Os indultos concedidos pelo presidente da República a várias pessoas e a suspensão do mandato de alguns deputados alinhados com o novo partido PRA-JÁ.

Concordamos plenamente com a concessão de indultos, que permitem flexibilizar e/ou resolver problemas de justiça, e até defendemos, no mês de Outubro passado, que deviam ser concedidos indultos a Adolfo Campos, Gilson Moreira (Tanai-ce Neutro), Hermenegildo Victor José (Gildo das Ruas) e Abraão Pedro Santos (O filho da revolução – Pensador), e ao jornalista Carlos Alberto.

É evidente que, num mundo ideal, a justiça funcionaria sempre e sistematicamente de forma justa e equitativa, e não seriam precisas intervenções externas, mas a realidade não é assim, razão pela qual os indultos são bem-vindos.

Aparentemente, o indulto que levantou polémica foi o concedido a José Filomeno dos Santos no âmbito do conhecido processo dos “500 milhões”.

Foram levantadas várias questões jurídicas interessantes, levantadas por José Filomeno e por juristas eminentes. Destacamos duas:

Pode ser concedido um indulto a um processo sem trânsito em julgado e em que não há cumprimento de pena?

Pode um indulto ser recusado?

Em Angola, as normas básicas do indulto estão na

Constituição e no Código Penal. Na Constituição temos o artigo 119.º n), que determina competir ao presidente da República “indultar e comutar penas”. Trata-se de uma norma sem restrições explícitas, nem remissão para qualquer regulamentação legal. Já o Código Penal, no seu artigo 139.º, n.º 4, estabelece que o indulto extingue a pena, lendo-se *a contrario* que não extingue o procedimento criminal (o crime).

Como se vê, a legislação é curta, estando-se perante aquilo que o teórico constitucional alemão Carl Schmitt chamava o verdadeiro poder soberano, o poder de discricionariamente decidir a excepção, para além da convenção habitual das normas. Não concordando com Schmitt nas suas opções políticas e ideológicas, é evidente que em termos teóricos ele faz uma boa descrição do poder soberano de um Estado, em que se enquadra o instituto do indulto.

Nesse sentido, não se deve tentar limitar o alcance do indulto, quando a Constituição e a Lei não o fazem. Por outro lado, deve-se lembrar que o indulto não extingue a responsabilidade criminal individual.

Com estes elementos poderemos analisar as questões referentes a José Filomeno dos Santos.

Em relação à primeira questão que se coloca, defende-se que o presidente da República pode conceder um indulto sem ter ocorrido o trânsito em julgado nem estar a ser cumprida pena. O que o presidente da República faz é uma prospectiva. Se determinada pessoa for condenada a cumprir uma pena, essa pena é indultada, não será executada. É um indulto prospecti-

vo, condicionado à condenação efectiva a pena de prisão. Nada impede que haja condenação, nem o indulto viola a presunção da inocência. O indulto só actua se houver condenação; se não houver condenação, não actua. A título de comparação, veja-se um caso recente nos Estados Unidos: Joe Biden perdoou a Anthony Fauci, o cientista responsável pelo combate à covid-19, que nem sequer está a ser investigado por nenhum crime, estendendo largamente a amplitude dos poderes presidenciais americanos.

No caso de José Filomeno, é certo que ele não foi ainda condenado, nem absolvido. Ao contrário do que muitos alegam, o Tribunal Constitucional não o absolveu, antes mandou o Tribunal Supremo rever o processo condenatório, de sentido de lhe retirar as inconstitucionalidades. É ao Tribunal Supremo que compete a palavra final em termos de absolvição ou condenação. O que se pode mencionar é que o Tribunal Supremo não terá obedecido, na sua totalidade, à decisão de retirada das inconstitucionalidades ordenada pelo Tribunal Constitucional, e aqui estamos perante outro tema: o da execução das decisões do Tribunal Constitucional.

O certo é que no momento processual anterior ao indulto, a José Filomeno dos Santos tudo poderia acontecer: ser condenado em definitivo, ser absolvido em definitivo ou ver o processo prolongar-se bizarramente num pingue-pongue entre o Tribunal Supremo e o Tribunal Constitucional. Aliás, neste momento, o processo já devia estar decidido em definitivo, quando parece que está emperrado no Tribunal Supremo. Nos termos de um despacho de 8 de Ja-

neiro de 2025, do Tribunal Constitucional, parece que este tribunal ainda aguarda a subida dos autos do Tribunal Supremo. Inexplicável.

Nesta medida, e face ao exposto, a decisão de indultar por parte do presidente da República é adequada em termos constitucionais. Os impactos políticos e a sua relevância são outro tema. O que também deverá ser avaliado, em termos de justiça, é a situação dos outros arguidos do processo em que se enquadra José Filomeno. Aristóteles referia que a justiça possuía uma importante implicação política, tal significando que a justiça se exercita e tem como referência a vida em sociedade (a pólis). A justiça visava a vantagem comum. Nesse âmbito, é importante referir que uma elementar justiça implica que o indulto referente a José Filomeno dos Santos deveria ser estendido aos outros arguidos no processo acusados de crimes semelhantes.

Por outro lado, José Filomeno dos Santos agiu dentro da sua liberdade e livre determinação ao recusar o indulto. Uma vez que o indulto não extingue a responsabilidade criminal, José Filomeno não vê a acusação de ter cometido crime apagada e, nesse sentido, tem todo o direito de recusar o indulto, seja por razões políticas, psicológicas, de ética pessoal ou mesmo por solidariedade para com os seus co-arguidos. Tem liberdade de não aceitar uma oferta presidencial. Tal decorre directamente do artigo 1.º da Constituição, que assenta a República na dignidade da pessoa humana. Portanto, José Filomeno se não quer, não tem de querer.

Ainda sobre o indulto, entende-se que o presidente

da República, considerando o carácter do indulto como poder soberano discricionário, tem a faculdade de o revogar a todo o tempo até ao momento em que ocorreria o termo da pena, em condições a definir pela doutrina e jurisprudência.

O outro tema foi a suspensão dos mandatos dos deputados do PRA-JÁ, conforme anunciado pelo partido: “Sete deputados do Grupo Parlamentar da UNITA solicitaram a suspensão de mandatos na Assembleia Nacional por pertencerem à liderança da força política recém-criada PRA-JA Servir Angola, anunciou o presidente do partido, Abel Chivukuvuku. Em declarações à imprensa, à saída de uma audiência com a presidente da AN, Carolina Cerqueira, o líder do PRA-JA Servir Angola disse que o encontro serviu para informar a líder da AN da suspensão dos mandatos, iniciados em 2022.”

Esta decisão parece não cumprir a Constituição. A lei fundamental angolana, no seu artigo 152.º n.º 2, c), é muito explícita, prescrevendo que o deputado perde o mandato sempre que se filie em partido diferente daquele por cuja lista foi eleito. Trata-se, por isso, de uma situação de substituição definitiva prevista no artigo 153.º, e não de uma mera suspensão que pode voltar atrás (art.º 151.º). A suspensão implica que os deputados do PRA-JÁ fizeram algo que é provisório e temporário; se alguma coisa correr menos bem, podem voltar para os seus lugares como deputados. Pelo contrário, deveriam ter feito uma renúncia pura e simples – a “queima dos navios” para seguirem em frente. É isso que deriva da letra da Constituição. ([makaangola.org](http://makaangola.org))

# Fazer diferente, fazendo o mesmo\*



Por Boaventura Monjane

**D**urante a campanha eleitoral e no período pós-eleitoral, Daniel Chapo repetiu exaustivamente a promessa de governar de maneira diferente. No entanto, quando chegou o momento de demonstrar essa diferença na prática, optou por nomear um governo composto pelos mesmos políticos da velha Frelimo.

A questão que se impõe é: como pode alguém afirmar que fará diferente, se mantém exactamente as mesmas estruturas e protagonistas? Se olharmos para os nomes dos ministros que compõem o seu governo, encontramos filhos, enteados e amigos de antigos combatentes, generais, antigos presidentes da Frelimo, ex-ministros dos governos de Armando Guebuza e Filipe Nyusi. Em suma, os mesmos rostos, as mesmas dinâmicas, os mesmos interesses. Como dizia Albert Einstein, “insanidade é fazer a mesma coisa repetidamente e esperar resultados diferentes”. Muitos sugerem que Chapo não detém real poder e que está submisso às decisões da Comissão Política do partido Frelimo. Mas essa justificativa não é consistente com as promessas de fazer diferente.

Se Daniel Chapo tivesse realmente a intenção de inovar, o primeiro passo lógico teria sido romper com os padrões arraigados da elite política tradicional. Em

vez de perpetuar a lógica de lealdades partidárias e dinásticas, poderia ter formado um governo mais inclusivo e plural. Nomear ministros de outros partidos, por exemplo, teria sido um sinal claro de compromisso com a unidade nacional e com uma governança mais ampla e representativa. Além disso, Chapo poderia ter integrado figuras proeminentes da academia e da sociedade civil, especialistas reconhecidos nas suas áreas, capazes de trazer novas abordagens e soluções concretas para os desafios do país. Essas escolhas não só enriqueceriam o debate e a formulação de políticas públicas, como também fortaleceriam a credibilidade do seu governo junto à população. Outra oportunidade desperdiçada foi a reintegração de quadros da própria Frelimo que, por demonstrarem competência e independência, acabaram marginalizados pelo sistema. Muitos desses ex-dirigentes foram afastados não por falhas, mas precisamente porque a sua capacidade de trabalho expunha a mediocridade dos que permanecem no círculo do poder. Recuperá-los teria sido uma jogada estratégica para sinalizar uma verdadeira renovação interna do partido e, ao mesmo tempo, beneficiar o governo com talento e experiência.

Um segundo passo simbólico, mas impactante, teria sido apresentar-se ao povo

como presidente empossado, visitando mercados, hospitais, escolas e bairros populares. Esta postura poderia ajudá-lo a construir uma imagem de proximidade e compromisso com as reais necessidades da população. No entanto, em vez de estabelecer uma conexão directa com os cidadãos, Chapo mergulhou na burocracia estatal e na reprodução dos mesmos mecanismos de governação que afirmou querer reformar.

Paralelamente, a sua falta de inovação tem permitido a Venâncio Mondlane continuar a ganhar aceitação popular. Mondlane é visto frequentemente nos mercados, nos hospitais e nas ruas, visitando vítimas da violência policial durante as manifestações e dialogando com o povo e reforçando a sua presença política. Essa estratégia confere-lhe uma legitimidade que Chapo poderia ter cultivado, mas escolheu ignorar.

O que Chapo parece não entender é que a população está cada vez mais consciente das limitações e promessas vazias dos políticos tradicionais. Os moçambicanos esperavam algo novo, uma abordagem distinta, mas foram brindados com mais do mesmo. A perpetuação dos mesmos quadros políticos, a falta de inovação nas estruturas governativas e a manutenção das velhas redes de influência demonstram que, na prática, Chapo não governa

diferente. Governa igual. Ao escolher os mesmos rostos e perpetuar a lógica da velha Frelimo, Chapo perdeu a oportunidade de demonstrar que sua presidência traria algo genuinamente diferente. O seu discurso de mudança esvazia-se diante das suas próprias decisões, provando que, na política moçambicana, “fazer diferente” significa apenas encontrar novas formas de perpetuar o mesmo sistema.

Se a intenção for realmente mudar o rumo do país, será necessário mais do que discursos ensaiados e compromissos vazios. É preciso coragem política para romper com os vícios instalados e construir um modelo de governação que coloque os interesses da população acima dos interesses da máquina partidária. Caso contrário, Chapo será apenas mais um a alimentar o ciclo vicioso da política moçambicana, sem qualquer diferença real.

*\*Jornalista. Investigador associado no Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies, University of the Western Cape. Membro co-fundador e Director Executivo da Alternativa - Acção Pela Emancipação Social. boa.monjane@gmail.com*

## SACO AZUL

Por Luís Guevane



# A matéria de congelamento

**P**odemos até estabelecer uma relação de causa e efeito entre os resultados das eleições gerais (e provinciais) de 2024 e o congelamento do auxílio financeiro norte-americano a Moçambique decretado por Donald Trump. É que a fraude nas eleições do ano passado, de tanto ter sido gritante, criou muitas certezas e poucas ou quase nenhuma dúvida sobre a sua produção proposital. Foi feita sem vergonha ao ponto de o partido no poder exibir uma maioria retumbante em tudo quanto é lugar. Chegou mesmo a ignorar a apresentação pública de actas e editais que supostamente provariam a vitória do então candidato cujas contas duvidosas, feitas pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), teriam sido defendidas e aprovadas pelo Conselho Constitucional (CC). Claramente um filme em que o eleitorado moçambicano já conhecia o princípio, o meio e o fim. Só os estrangeiros, desconhecedores da verdadeira realidade dos processos eleitorais em Moçambique, é que não perceberam que aquelas instituições estavam ali para “inglês ver”. Trump não gostou da brincadeira dos “comu-

nistas” e aplicou o referido “congelamento”. Afinal, ainda que a coincidência esteja muito clara e seja forte, o “temível” Donald Trump congelou, com efeito imediato, a assistência financeira norte-americana em vários países do mundo, incluindo Moçambique, no intuito de avaliar a política externa norte-americana. Situada a equação neste ponto, o problema pode não estar propriamente no “congelamento” em si, visto como uma espécie de pausa de noventa dias nos referidos auxílios, mas sim no “descongelamento”.

Para o caso particular de Moçambique questionamos o seguinte: funcionará o “descongelamento” como uma espécie de prémio? Sabemos que Trump recebeu vários e-mails de moçambicanos revoltados com o carácter da crise pós-eleitoral, repudiando a actuação criminosa das forças policiais, e que terá respondido com uma preferência por Venâncio Mondlane, o legítimo vencedor das eleições, e dando um recado de “corte” no auxílio financeiro a Moçambique. Promessa de “corte” feita, promessa cumprida (ainda que saibamos que a abrangência é internacional).

Hoje, a situação política em Moçambique equivale a um jogo estratégico. É o que dos dois lados nos parece. O Presidente

da República (PR) “de juri” não tem dado mostras de querer ultrapassar efectiva e definitivamente o “problema instalado” com o PR “de facto”. Dá a entender que está a congelar o adversário, acreditando que o “tempo” convocado pelos seus estrategistas operará mudanças a seu favor. Em paralelo, na sequência de medidas anunciadas para os primeiros cem dias de governação, Venâncio Mondlane tem estado em sintonia quase que perfeita ou mesmo perfeita com o seu eleitorado. Uma das evidências mais comentadas e de visível participação efectiva popular é o “paga” e “não paga” portagem. É perguntado: porquê que os dois não se sentam e conversam para se desbloquear o congelamento existente e ultrapassar este problema? A verdade é que não se sentam e o problema não é ultrapassado porque os do “paga” confiam numa “governança à força”. Os do “não paga” não têm só a questão da portagem, têm também a “água”, a “energia eléctrica”, entre outros. Os do “paga”, espalhando charme para a imprensa internacional, convocaram os partidos da oposição com assentos na Assembleia da República, sentaram-se e conversaram. E todos sabemos que não é com esses partidos que os do “paga” devem-se reunir, mas

sim com o PR do povo. Estrategicamente Venâncio Mondlane tem vindo a fazer visitas às vítimas da violência policial resultante da crise pós-eleitoral. Por essa via tem actualizado e/ou melhorado a sua sintonia com o povo. É assim que numa recente enchente espetacular, na “República de Bobole”, despoletou os mais diversos comentários sobre a sua relevância política: “não nos enganemos, ele é o PR, é Venâncio Mondlane que manda aqui em Moçambique”. Da sua poltrona Trump parece estar a acompanhar tudo e a questionar para si próprio se os africanos merecem o prémio do descongelamento; se os africanos não têm pessoal abalizado em matéria de negociação. É o que dá quando viciamos governantes a receber peixe ofertado e não os ensinamos a pescar. Uma “pausa” no auxílio financeiro pode obrigá-los a reinventar-se pondo-os a pescar por vontade própria. Esperamos que os noventa dias de “congelamento” decretados por Trump passem rapidamente e que saibamos resolver, sem dribles e com honestidade, os nossos congelamentos domésticos.



# 3 de Fevereiro

## Feliz dia dos Heróis Moçambicanos

Honramos os heróis que morreram  
pela nossa pátria

Ligue: 1747

[helpdesk@clubnet.mz](mailto:helpdesk@clubnet.mz)

Caifadine Manasse dá volta por cima

# Golpe rude!

Por Paulo Mubalo

**R**einam muitas expectativas em torno do que poderá vir a ser o desempenho do novo ministro da Juventude e Desporto, Caifadine Manasse, um destacado quadro do partido Frelimo, que já foi deputado e secretário de mobilização e propaganda (porta-voz) daquela formação política.

Isto a avaliar pelos inúmeros desafios que enfrentam os jovens, com destaque para a formação, emprego, auto-emprego e habitação, assim como pelo estágio actual do nosso desporto, onde os resultados desportivos as infra-estruturas e o financiamento estão aquém do esperado.

Sabe-se que algumas destas questões, concretamente as da vertente desportiva, mereceram especial atenção do antigo secretário de Estado do Desporto, Gilberto Mendes, o que pode ser consubstanciado pela realização de uma reunião nacional de reflexão do desporto, em 2022.

Esse encontro, que juntou fazedores do desporto, dirigentes e especialistas, procurou encontrar saídas para os problemas com que se debatia o desporto moçambicano, mas a despeito das belíssimas abordagens e das recomendações feitas, muitos problemas levantados permanecem até aos dias actuais.

A incapacidade financeira do governo em apoiar todas as modalidades desportivas, ou na manutenção das infra-estruturas desportivas, sendo o exemplo crítico o Estádio Nacional do Zimpeto, entre outros, ainda persiste.

Ora é aqui onde reside o busílis do problema:

- Como e onde o governo vai conseguir arranjar dinheiro para permitir a plena realização das actividades programadas, que incluem a participação em várias competições internacionais?

- Como fazer com que o empresário apoie o desporto?

-Terá o novo ministro uma vareta mágica para fazer face a esta triste realidade? - Bem, esperemos para ver. Na verdade, o governo sempre enfrentou vários problemas, por exemplo, para honrar os seus compromissos de pagar a premiação aos atletas que conquistam medalhas em provas internacionais, sendo que há relatos de que a mesma chegou a atingir mais de 14 milhões de meticais num passado não muito distante.

Aliás, como forma de reivindicar os seus direitos, alguns atletas condicionaram a sua participação em frentes internacionais, como jogos africanos, mediante o pagamento da dívida, pelo que só depois de aturadas conversações é que aceitaram tomar parte nessas competições.



Gilberto Mendes, antigo SED

As consequências mais visíveis da falta de fundos são a imagem cada vez menos impoluta do nosso desporto, de forma particular, e do país, em geral. É o país que fica manchado, que se torna notícia pelas piores causas, isto a nível internacional, que é banalizado e, para usar a narrativa popular, *qualquerizado*.

É que são recorrentes os casos de atletas que protagonizam ameaças de greve em reivindicação ao pagamento de prémios de jogos e de outros subsídios, situação que chega a acontecer com as selecções de futebol, incluindo nos Mambas. São ainda recorrentes os casos em que as nossas selecções nacionais ou clubes abdicam de tomar parte em provas internacionais por falta de dinheiro para custear as despesas de transporte e alojamento.

São estas e outras situações que esperam o novo ministro da juventude e desporto.

## De João Carlos da Conceição a Caifadine Manasse

Antes da criação da extinta secretaria de estado do desporto, funcionou a direcção nacional do desporto, organismo dirigido por João Carlos da Conceição, que também foi treinador de futebol, tendo inclusive passado pelo Costa do Sol, clube com o qual teve alguns pendentes, que quase chegavam aos tribunais.

Na década de 80 surge a Secretaria de Estado do Desporto, onde José Júlio de Andrade foi chefe máximo. Convenhamos, numa altura em que o país tinha, na componente desportiva, relações fechadas com a maior parte do mundo, excepto a Europa do Leste, para onde foram enviados vários estudantes, que mais tarde viriam a ser o dinamizadores do desporto no país.

Foi um período mau para a história de Moçambique, razão pela qual, jogadores de renome tive-

ram de saltar o muro para jogar na África do Sul, e os mais ousados conseguiram chegar à Europa.

Aliás, a abertura viria a acontecer mais tarde, razão pela qual, jogadores como o médio Cálton, uma das grandes referências do Desportivo de Maputo, só conseguiu transferir-se para Portugal com idade acima dos 25 anos, situação que dificultou o enquadramento naquele país.

Há que abrir parenteses para explicar que o nosso desporto já foi dirigido por figuras como Joel Libombo, Pedrito Caetano, Fernando Sumbana Júnior, Alberto Nkutumula, Nhelete Mondlane, Gilberto Mendes, entre outros. Claro, uns destacando-se mais que outros pela forma proactiva como buscavam soluções para o nosso desporto.

E vem daí que nomes como de

Joel Libombo e Alberto Nkutumula sejam os mais badalados até ao momento, de tal forma que este último era apontado como um ministériável. Não foi desta, mas é seguramente um quadro útil ao país, tal como, aliás, o são os outros.

De realçar que o actual ministro da juventude e desporto já chegou a processar alguns deputados do seu círculo eleitoral da Zambézia, acusando-os de terem ofendido a sua honra e o seu bom nome, depois de estes terem imputado a si, de forma pública e consciente, as alegações do envolvimento do deputado, Hélder Injojo, então primeiro vice-presidente da Assembleia da República, num alegado tráfico de drogas, naquela parcela do país.

O processo-crime por este movido foi contra 26 pares deputados, pelo círculo eleitoral da Zambézia, por injúria e difamação, sendo que surpreendeu tudo e todos, pois foi encarado como um caso de muita coragem.

E é esta coragem que se espera que venha guiar a sua governação, afastando ou penalizando todos os que estiverem contra o crescimento do desporto no país.

## Sr. ministro, há quadros competentes...

**N**ão restam dúvidas que Caifadine Manasse tem ao seu redor muita gente apta e preparada para trabalhar, uma mescla de jovens em ascensão meteórica e algumas figuras que a cada dia que passa não deixam de dar o seu contributo o desporto.

Nos corredores desportivo argumenta-se que entre as figuras com quem Caifadine pode contar, destaca-se Francisco da Conceição, que, entretanto, viria a ser afastado do cargo de director nacional do desporto por Gilberto Mendes. Conceição é homem de desporto, tendo sido um dos primeiros professores formados pelo então Instituto Nacional do Desporto, na década de 90, para mais tarde formar-se em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane, ao que se seguiu o mestrado e doutoramento no Brasil. Durante muito tempo concii-



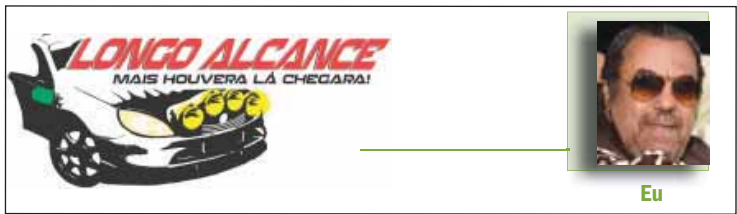
Caifadine Manasse, ministro da juventude e desporto

liou a docência e investigação em desporto, tendo sido treinador de basquetebol.

Foi campeão africano de clubes em femininos pela Académica, em 2001, em Abidjan, Costa do Marfim. Foi igualmente campeão nacional pela equipa masculina do Ferroviário de Maputo, em 2005. Francisco da Conceição entrou no dirigismo desportivo pela via do governo, durante o primeiro mandato do presidente Filipe Nyusi, numa altura em que Alber-

to Nkutumula era ministro da Juventude e Desporto e Flávia Azinheira, vice. Nessa altura foi nomeado director nacional do desporto.

E há outros quadros tidos como bastante competentes, como Elias Wiliam, actual director do Instituto Nacional do Desporto, para não falar de Arsénio Sarmento, que foi transferido para a já extinta Secretaria de Estado do Em-



Eu

## Vamos reflectir juntos

Se em quase 3 meses perderam 658 milhões dólares só em receita fiscal, significa que por dia produzem cerca de 7,2 milhões e por ano cerca de 2,63 bilhões. Me questiono em como é que ainda dependemos fortemente do financiamento externo, uma vez que esse montante é somente da colecta de receitas, tendo ainda vários inputs das diversas boladas do estado. E, o mesmo estado (governo) que hoje diz não ter mola para o 13º e nem de horas extras?

Este País não é para emocionados.

### LASEFOIA

#### (DOENÇA QUE VEIO PARA MATAR...)

Enfermidade ainda não aceita pela classe médica. Entretanto, milhões de pessoas em todo mundo padecem desse mal e esperam a aprovação da Organização Mundial de Saúde para que se estude e se encontre a cura para esta mortal enfermidade que, cada dia, é adquirida por milhares de pessoas. Se você tiver 3 ou mais sintomas indicados abaixo é sinal de alerta vermelho!

#### SINTOMAS QUE DEFINEM O APARECIMENTO DESTA PATOLOGIA:

- NÃO PULE A PERGUNTA SEM ANTES REFLECTIR COM CUIDADO...
- 1.- Um café provoca-te insônia?
  - 2.- Uma cerveja leva-te directo ao banheiro?
  - 3.- Tudo te parece muito caro?
  - 4.- Qualquer coisa te altera?
  - 5.- Todo pequeno excesso alimentar provoca-te aumento de peso?
  - 6.- Uma feijoada "cai" como chumbo no estômago?
  - 7.- O sal sobe a tua pressão arterial?
  - 8.- Numa festa pedes a mesa mais distante possível da música e das pessoas?
  - 9.- Amarrar os sapatos dá-te dor nos quadris?
  - 10.- A TV dá-te sono?

Todos esses sintomas são provas irrefutáveis que padeces de Lasefoia. LÁ SE FOI A juventude!

### RODRIGO ALMEIDA (MAIS UMA PROVA)



Rodrigo Almeida, o piloto mais Internacional que temos, há 2 semanas participou em Portimão na Porsche Sprint Challenge, ficando num condigno quarto lugar num total de 20 pilotos!!!

Porsche Sprint Challenge		PSCE - Portimão		17 - 19 Janeiro 2025		Autódromo Internacional Algarve - 465kmtr.	
Pos	Nome (Classe)	Equipa	Tempo	Tempo	Tempo	Tempo	Tempo
1	Adélia Alberto Vuovo	PSCE	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000
2	Mamadou Aliou Diallo	PSCE	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000
3	Osvaldo Amaldo Samuel	PSCE	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000
4	Rodrigo Almeida	PSCE	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000	1:12.000



Partida no Porsche Sprint Cup em Portimão!

## BCI premeia utilizadores de cartões de crédito e de débito



O Banco Comercial e de Investimentos (BCI) está a promover uma Campanha de Incentivo à Utilização de Cartões de Débito e Crédito, premiando os clientes que mais utilizam estes meios de pagamento. No 1º sorteio foram apurados os três primeiros vencedores que receberam, recentemente, os seus prémios nas cidades de Quelimane e Nampula.

Em Quelimane, província da Zambézia, o sorteio premiou Adélia Alberto Vuovo e Mamadou Aliou Diallo com um computador portátil (laptop) e um televisor, respectivamente, pelos seus primeiros lugares na campanha. A entrega dos prémios ocorreu na Agência de Quelimane, num ambiente de alegria para os vencedores. O Director Comercial Regional (BCI), Dias Maperre, expressou a

sua satisfação durante a cerimónia, destacando a importância da confiança depositada pelos clientes e o reconhecimento do esforço contínuo do Banco em promover a inclusão financeira. "Este é um momento muito aguardado e agradável. Estamos muito satisfeitos em poder premiar os nossos clientes. Parabéns a todos os contemplados, que merecem este reconhecimento", afirmou Dias Maperre.

Um dos premiados expressou a sua satisfação após receber o prémio, salientando o impacto positivo da campanha no incentivo ao uso contínuo dos cartões BCI. "É uma grande felicidade receber este prémio. O BCI é um banco que chega a todo o país e está sempre ao lado dos seus clientes", afirmou.

Em Nampula, o BCI entregou o terceiro prémio, uma barra de som ao cliente Osvaldo Amaldo Samuel. O evento decorreu no Centro BCI Exclusivo, na cidade de Nampula, e foi mais uma oportunidade para o reforço do compromisso do BCI em oferecer soluções financeiras inovadoras e ao alcance de todos. Lançada em Outubro de 2024, a campanha continua até Março de 2025, com sorteios realizados a cada dois meses. O BCI está comprometido em garantir que os seus clientes possam alcançar os seus objectivos financeiros de maneira prática, eficaz e conveniente. A campanha visa premiar os utilizadores de cartões, assim como promover o uso de métodos de pagamento mais seguros e acessíveis, colaborando para a inclusão financeira em todo o território nacional. O processo de premiação é efectuado para os 3 Clientes que tenham registado transacções durante o período da campanha, sendo premiados com: 1º Classificado: Computador Portátil; 2º Classificado: Televisor 65 Polegadas; 3º Classificado: Barra de Som. O próximo sorteio está previsto para o próximo mês de Fevereiro.



## REDACTOR

O JORNAL PREPARADO PARA O LEITOR MAIS EXIGENTE.

RESERVE A SUA SUBSCRIÇÃO ATRAVÉS DO

✉ correiodamanha@tv cabo.co.mz

✉ c/c de redactormz@redação.com






# AVISO IMPORTANTE AOS PENSIONISTAS DA HOLLARD

## Data limite: 21 de Fevereiro de 2025





A Hollard informa à todos os seus pensionistas de que têm um prazo máximo de 30 dias a contar da data de publicação deste anúncio, para submeter os documentos necessários para a prova de vida. A documentação pode ser apresentada pessoalmente em qualquer uma das nossas agências ou pode submeter os dados via o WhatsApp Business da Hollard através do número +258 84 316 8521.

### Requisitos de prova de vida

#### Documentação necessária

-  Billhete de Identidade
-  Dados bancários actualizados
-  Formulário de prova de vida do pensionista

#### Para menores entre os 18 e os 25 anos

-  Billhete de Identidade
-  Dados bancários actualizados
-  Formulário de prova de vida do pensionista
-  Certificado de Ensino Secundário/Superior

### Valide a prova de vida pelo WhatsApp

WhatsApp Business da Hollard através do **+258 84 316 8521**

### Valide a prova de vida nos seguintes locais

#### Maputo (Hollard Moçambique – Sede)

Endereço: Companhia de Seguros, S.A.R.L. Av. Sociedade de Geografia, no 269 Edifício Hollard, C.P. 428 Maputo – Moçambique

Telefone: +258 21 357 703

#### Nacala (Hollard Moçambique Agência em Nacala)

Endereço: Rua principal nº1, Av. Eduardo Mondlane, Nacala

Telefone: +258 21 357 703

#### Beira (Hollard Moçambique Agência na Beira)

Endereço: Rua Major Serpa Pinto nº 102, Edifício do Bulha Shopping, loja nº12, Rés do chão

Telefone: +258 21 357 703

#### Tete (Hollard Moçambique Agência em Tete)

Endereço: EN7, Bairro Chingodzi Porta 2 e 3, Tete

Telefone: +258 21 357 703

### Para mais informações

Para quaisquer questões, por favor, contacte Danilo Mahamude em [daniлом@hollard.co.mz](mailto:daniлом@hollard.co.mz)



@HollardMocambique  
www.hollard.co.mz

Futuros  
Melhores

Hollard.  
seguros



# SE TENS 16 A 25 ANOS VAIS GRAMAR!

4.5G

ACTIVA JÁ O TEU PACOTE  
JOVEM E CURTE A DRENA

DIGITA  
**\*212#**  
A PARTIR DE  
**5MT-350MB**

Termos e condições aplicáveis



**tmcel**  
estamos juntos



# NO INFORMAL

Pedro Madruga (Texto)

## Orquestra de Janeiro

- É verdade isso, mana Nanda ou é mais um boato da rádio-boca?  
 - Eu também pergunto a mim mesma se há um pingão de verdade em tudo que corre nas redes sociais. Ouvi a tua empregada do Lounge a dizer ao Ganha Tempo que no próximo fim-de-semana vocês as duas vão de férias à Marte...  
 - Férias, como assim?  
 - Descanso, repouso. Até aonde sei desde-desde que abriram o Lounge tu e Divina ainda não tiveram férias.  
 - Ohhh, Nanda- Nandinha. Acho que a minha assistente de cozinha quer me mimar com alguns diazitos de repouso. Gosto de gente assim. Humm. Vale a pena ter uma irmã atenta.

\*

- Então o mais-velho, Adriano Maleiane, vai à reforma, outra vez?  
 - ... Só pode. A idade é um posto. A ideia de ser a Carla a Ministra das Finanças é que me dá alguma esperança. Mas a dor de cabeça para ela serão os cortes de financiamento dos americanos para os projectos ligados à saúde. Até a primeira-ministra falou sobre isso noutra dia... Pelo menos o nosso Mahel voltou a tempo dos *states*... Por estas alturas o nome dele estaria na lista dos deportados de Trump...  
 - Uma ideia para vocês, Zefa e Divina. Que tal convidarem o antigo inquilino da Ho Chi Min. Já entregou as pastas ao novo Comandante Joaquim Sive.  
 - Estás a falar do próprio Bernardino Rafael, mana?  
 - Exactamente. Melhor não pedir o contacto ao Kota de Família. Não tem. Talvez se falarem com o Prefiro Artur Solteiro...  
 - Ai é. Vou ligar para ele... Já-já.  
 - Stop. Mas se for para ligar é melhor aproveitem perguntar-saber se as vias de acesso para a Matola já estão abertas. Lá já não há garantias para ninguém...  
 - Pelas bandas da Matola *no tem galantia*, como dizem os chineses? (risos). O povo anda nervoso na luta pela busca da verdade, dos seus direitos, com ajuda dos camionistas sul-africanos, os ditos cunhados...  
 - O império dos chapas não fica atrás... Com galantia ou sem galantia, a vida é urgente, irmãos...  
 - Venâncio Mondlane é que não pára de fazer visitas-surpresa. Qualquer dia virá aqui para o Lounge...  
 - Hei, mas aí será preciso avisar, já que nós iremos de férias ao Dubai.  
 - Certo, bebé. O que é melhor para nós seria mesmo conversarmos com ele lá no Dubai mesmo. É que tenho cá umas coisinhas para dizer ao VM.  
 - Divina, Divina. A Orquestra de Janeiro acabou agora de tocar a última música de abertura de 2025...  
 - Boa! Quem sabe se no próximo mês não serei eu a vos contar uma fofoca bem quentinha...





### IMAGEM DA SEMANA



Desaparecimento de Arlindo Chissale

## MISA exige esclarecimento urgente

O Instituto de Comunicação Social da África Austral “Capítulo de Moçambique (MISA Moçambique) exigiu aos ministérios da Defesa e do Interior que esclareçam, com a máxima urgência, à sociedade, o alegado envolvimento de agentes das Forças de Defesa e Segurança (FDS) no “desaparecimento forçado” do jornalista Arlindo Chissale, ocorrido na noite de 07 de Janeiro de 2025, na zona de Silva Macua, província de Cabo Delgado, refere aquela entidade em comunicado.

Na nota de imprensa aponta que informações divulgadas pela imprensa e testemunhos recolhidos pelo MISA indicam que Chissale foi interpelado, agredido violentamente e levado à força por agentes das FDS.

“Desde então, o jornalista continua desaparecido sem qualquer comunicação oficial sobre o seu paradeiro (). No documento submetido, o MISA Moçambique pede aos ministérios da Defesa e do Interior que se comprometam a esclarecer o caso, através de uma investigação in-



Arlindo Chissale

dependente e a responsabilizar os agentes envolvidos”, avança-se no texto.

O MISA Moçambique pede ainda aos ministérios do Interior e da Defesa Nacional para garantirem que os agentes envolvidos nos actos contra o jornalista parem e os agentes da corporação abstenham-se imediatamente de qualquer forma de violência e brutalidade policial contra jornalistas, de modo a assegurar que a liberdade de imprensa não seja restringida.

“O MISA Moçambique reitera a sua preocupação com o crescente ambiente hostil contra os profissionais de comunicação social no país e insta o Estado a reforçar o seu compromisso com os princípios democráticos, assegurando a protecção daqueles que exercem o dever de informar”, diz o comunicado.

Chissale é fundador do portal Pinnacle News, uma das fontes mais credíveis sobre a insurgência em Cabo Delgado. É importante notar que o caso de Arlindo Chissale se assemelha ao desaparecimento do jornalista Ibraimo Mbaruco, da Rádio Comunitária de Palma, cujo paradeiro é desconhecido desde o dia 07 de Abril de 2020. Recorde-se que na altura do seu desaparecimento, Mbaruco disse aos colegas que estava cercado de militares, mas as Forças de Defesa e Segurança nunca confirmaram a informação. As autoridades judiciais também nunca conseguiram esclarecer o caso. Aliás, em Agosto do ano passado, a Procuradoria-Geral da República arquivou o caso, alegadamente por falta de provas.

Diz-se... Diz-se



- Existe um vídeo do edil de Chimoio a exhibir o património do seu município, que vai desde camiões de recolha de lixo, um camião vassoura, camiões tanque, ambulâncias, niveladoras, fábrica de blocos, pavês, lancis, asfalto e muito mais. Na sua apresentação, faz questão de dizer, “sem qualquer dívida, todo o equipamento que está aqui é nosso”. Estamos habituados a ouvir muitos dos seus homólogos a lamentar que não fazem nada por falta de dinheiro. Mas ao que parece, mais vale ter um plano do que ter dinheiro sem um plano.
- Há uma guerra de palavras entre o nosso vizinho aqui ao lado e o nosso amigo spaghetti, desde que se tornou completamente indisfarçável o envolvimento das suas forças na desestabilização da região leste do Congo-K, que, como se sabe, é também membro da SADC. O ponto mais alto da confusão foi a morte de 13 soldados do país vizinho, que é atribuída aos rebeldes apoiados por Kigali. Um grande embaraço para a Pérola, que, por força do Tratado de 1992, tem de estar do lado dos seus. Makas deixadas pelo Engenheiro.
- A transparência não é apenas o apanágio da sociedade civil em grandes conferências, simpósios e seminários sobre boa governação. É um imperativo fundamental para afastar todo o tipo de suspeitas sobre a actuação do poder público. Com transparência, evita-se toda a contra-informação que circula em torno da problemática das portagens.
- A noção da separação de poderes na Pérola é mesmo uma grande fantochada. De tanto procurar e não encontrar um bom ministro da justiça, que DC foi se socorrer do mesmo órgão que fez o desempate sobre a polémica da sua própria eleição. Em sociedades onde a ética é um farol por que se guiam todos os servidores públicos, existe o conceito de período de nojo, que na verdade significa não dar muito nas vistas.
- Habitualmente a casa civil do chefe é uma espécie de caixa de correio ou secretaria geral de luxo ao serviço do boss. Nas últimas vivências, a tal casa passou a ser o crivo de interesses e negócios do chefe. O novo boss deixou muitas esperanças de um mundo novo, mas, com as últimas nomeações fica a sensação amarga que a tal secretaria de luxo pode ser a continuação de negócios com outras caras. A praça está ao rubro com os retocadores de imagem desesperados em arranjar os argumentos mais loucos para fazer aceitar o novo titular. Até um nome metáfora de um louco do outro lado do Atlântico que quer colonizar o planeta Marte.
- Tomaram posse as tristes figuras que dão pelo nome de secretários de Estado que se arriscam a ser os novos corta-fitas provinciais se forem à frente as recomendações da comissão que estuda atentamente os problemas da descentralização. E, se possível, no âmbito dos cortes orçamentais que o novo timoneiro quer fazer, não seria mau que as ostentações de viaturas importadas e o séquito de servos em seu redor fosse drasticamente reduzido.
- Da competência estamos falados. Não houve inclusão e os “jobs for the boys” estiveram na ordem do dia. Incluindo o lambe-botas que em público veiculou a possibilidade de um terceiro mandato para o engenheiro do planalto. E nada melhor que se pagarem agora uma parte dos favores incluindo os votos reavaliados pelas batinas negras...

#### Em voz baixa

- Longe vão os tempos em que a África do Sul era um dos grandes polícias do continente. A imagem da retirada apressada dos blindados do cunhado Cyril da cidade de Goma é uma evidência cruel que o grande exército já era. Como já tinha acontecido em Macomia em Maio do ano passado ...

Qual é o programa?  
**Cenas em família**  
 Nesta quadra festiva, o melhor programa é em família. Mantém-te ligado e assiste a uma variedade de conteúdos. DStv, a tua casa de entretenimento.

DStv Moçambique

Termos e Condições aplicáveis